

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS, HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

9,6

A ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO ACARI-RN (1962 - 1998)

RICCELLI DE ARAÚJO MEDEIROS

NATAL - 1999

RICCELLI DE ARAÚJO MEDEIROS

A ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO ACARI-RN (1962 - 1998)

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Dra. Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Professora Dra. Françoise Dominique Valéry.

NATAL - 1999

A Minha Mãe:

“... Hoje, a saudade invade os olhos da gente, e o corpo todo ressentido. É como pisar sem ter chão.”

(Rafael Altério e Rita Altério)

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar no palco da vida, meu mais importante espetáculo; olho em fila a platéia, num gesto de agradecimento, por me acompanharem ou simplesmente esperarem o resultado final do meu “monólogo acadêmico”.

Infelizmente, a primeira fila (sei ser a mais importante) está vazia.

Na segunda, coloco meu pai, Aprígio (que do seu jeito torce por mim) e meus irmãos: Guia (por sermos iguais), Reinaldo e Iracema (mecenas do meu espetáculo), Fátima e Reginaldo.

Na terceira fila, a erudição acadêmica, presente na minha orientadora professora Dr^a. Françoise Dominique Valéry e da co-orientadora, professora Dr^a. Denise Mattos Monteiro, que proporcionaram-me uma visão crítica da história.

Na quarta fila, a presença de grandes amigos; que de alguma maneira contribuíram comigo durante a realização do trabalho e pela confiança na minha capacidade. A Maria das Dôres e família (obrigado por tudo), a Vitória Oliveira (pelo grande incentivo e ajuda).

Na quinta fila, meus sobrinhos Sara, Rodrigo, Úrsula, Iara e Nara (quase minha); a esperança de um futuro melhor.

Na sexta..., sétima...,oitava..., nona.

E ao olhar para o alto, no camarote, vejo um brilho de luz a irradiar minha vida, e lá está a pessoa mais importante: MINHA MÃE.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. A PRESENÇA DA MULHER NA HISTORIOGRAFIA.....	07
3. SITUANDO A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE.....	11
3.1. Antecedentes Históricos: Brasil no século XIX.....	11
3.2. Surgimento dos movimentos feministas no Brasil no século XX, e atuação política da mulher.....	12
3.3. Especificidades e pioneirismo da mulher no Rio Grande do Norte.....	17
4. ACARI: QUADRO HISTÓRICO E PERFIL DO MUNICÍPIO.....	20
4.1. História do Acari.....	20
4.2. Perfil do município.....	23
5. AS MULHERES E A POLÍTICA EM ACARI-RN.....	27
5.1. Antecedentes ao corte temporal estudado (1962-1998).....	27
5.2. Surgimento da mulher na vida pública do Acari, ocupando cargos eletivos.....	29
5.3. Análise da atuação da mulher na vida política do Acari.....	37
6. CONCLUSÃO.....	42
7. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	44
7.1. Fontes documentais.....	44
7.2. Fontes orais.....	44
7.3. Bibliografia.....	45
8. ANEXOS.....	47

de June E. Hahner, a respeito da luta das mulheres na política do Brasil, evidenciando-se nessa obra, o Rio Grande do Norte, como pioneiro na luta pelos direitos políticos das mulheres, destacando-se as figuras de Nísia Floresta Brasileira Augusta, Juvenal Lamartine e Alzira Soriano, essa ^{primeira} primeira prefeita da América do Sul. Sentiu-se a necessidade de outras referências que tratassem sobre Alzira Soriano; no entanto, pela ausência de outras fontes, utilizou-se apenas o trabalho da jornalista Heloísa Maria Galvão Pinheiro de Souza, que biografou Alzira Soriano.

As fontes de pesquisa primária ^{ac} constituíram-se dos livros de alistamento e de posse do Cartório Eleitoral, das pastas de projetos da vereância e do livro de posse dos vereadores da cidade, pertencentes a Câmara Municipal. Inicialmente, seriam realizadas 10 (dez) entrevistas, com ex-vereadoras, vereadoras atuais, a primeira prefeita e a candidata a prefeita na última eleição, porém por motivos de ordem pessoal das entrevistadas, foi possível apenas a concretização de 07 (sete) entrevistas, todas incluídas no final do trabalho em forma de anexos, e transcritas conforme a veracidade das respostas. Outro detalhe que foi levado em consideração na análise das entrevistas para a formulação do capítulo que trata especificadamente da mulher na política local, é o aspecto relacionado a dificuldades na memória de algumas entrevistadas.

A utilização da história oral, para fonte de pesquisa é vista como uma necessidade para a concretização do trabalho, por não existir material escrito que subsidiasse a pesquisa local; partindo-se para a categoria de entrevistas, possibilitando a análise das perguntas dirigidas às mulheres ligadas a política local.

Essas mulheres são na maioria pertencentes a famílias ilustres e de tradição na cidade e a "casualidade", as levaram à vida pública, sentindo-se uma necessidade de conscientização política e da questão feminina.

O trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro versa à respeito da inclusão e presença da mulher na historiografia. O segundo discorre sobre a participação da mulher na vida política do Brasil e do Rio Grande do Norte, enfocando alguns pontos pioneiros na luta dos direitos da mulher. O terceiro capítulo apresenta um histórico e um perfil da cidade, utilizada como espaço para o estudo do caso; procurando identificar suas particularidades e importância para o estado. O quarto e último capítulo enfoca a atuação da mulher na política do Acari, passando por antecedentes históricos ao período estudado e analisando a atuação das mulheres, segundo as entrevistas; salientando que na utilização de alguns trechos inseridos no corpo do trabalho, não foi identificado a autora. (porquê?)

* Como foi classificado o questionário?
 Não? Quais os critérios?

2. A PRESENÇA DA MULHER NA HISTORIOGRAFIA

Durante muito tempo, a história foi escrita sob pontos de vista direcionados a uma visão masculina e de poder. É evidenciado a importância do homem como construtor dessa história, nas produções historiográficas, relegando à margem do esquecimento a figura da mulher e sua participação na construção e realização dos fatos de significância para o desenvolvimento da humanidade como um conjunto uniforme, deixando de lado especificidades de gênero - masculino e feminino. O termo gênero passou a ser utilizado desde a década de 1970, pelas feministas americanas, como definição para teorizar a diferença sexual em questão. Indicava também uma espécie de rejeição aos determinantes biológicos na utilização de terminologias como sexo ou diferença sexual. ¹ “Na medida em que os historiadores, em geral pertencentes ao sexo masculino, devotavam seus maiores esforços à investigação da transmissão e exercício do poder, a mulher continuava a ser basicamente ignorada.” ²

O estigma da mulher como ser frágil, inferior e sem capacidades para exercer atividades além das tradicionais obrigações de mãe e de esposa, contribuía para esse esquecimento histórico na sociedade voltada para uma cultura preconceituosa, machista ³ e que formava na própria mulher o estereótipo de sua incapacidade e de sua passividade; diante dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos do meio em que habitavam.

No entanto, com o desenvolvimento da história, que abriu margens para estudos especificados; como a história econômica, a história social, a história cultural e outros segmentos; nas últimas décadas, percebe-se o interesse para estudos direcionados a esses grupos, ou gêneros, até então marginalizados perante a história como ciência. É exatamente nesse aspecto de abertura da história, que inicia-se o interesse por temáticas e grupos sociais marginalizados, incluindo e despertando o anseio pela escrita da história das mulheres.

“...Mas a história dos últimos séculos, seja a história da América Latina, da Europa, dos Estados Unidos ou de qualquer outra parte do mundo, ainda tem sido escrita, geralmente, como se os importantes processos de industrialização, urbanização, modernização e até de

¹ SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. p.63.

² HAHNER, June E. A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas - 1850/1937. p.14.

³ Entende-se por machista, a pessoa adepta ao comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos para o homem e a mulher.

? Biologia?

reprodução da população acontecessem, aparentemente, sem a participação, ou mesmo a presença, do sexo feminino.”⁴

É percebido então, uma construção gradativa dessa chamada história das mulheres, onde a presença da figura masculina continua agindo de forma opressora e até violenta, diante da importância da mulher e seu papel no âmbito social. Como se a sociedade fosse formada apenas por indivíduos do sexo masculino, e até a participação da mulher no ato e no processo de procriação fosse totalmente dispensável. Retirando a idéia de se pensar o homem (humano) como um ser único e universal, procurando desvencilhar todos os aspectos arraigados de uma cultura tradicionalmente masculina e relegando as mulheres a um espaço inexistente.

O surgimento da história positivista, que preocupava-se com o domínio público, segundo Rachel Soihet, no fim do século XIX, estabeleceu um retrocesso nessa temática social, pelo seu interesse de estudo ser direcionado exclusivamente para o conhecimento da história política e pelo domínio público, que buscava como fontes, documentos administrativos, militares e diplomáticos; exatamente aonde não existia registros relacionados a mulher⁵.

Foi dessa forma, a mulher, negligenciada e subjetada aos interesses de uma história denominada positivista, que por objetivos já estabelecidos não favoreceu o seu estudo, deixando-lhe a escória da história e ocupando-se de escrever uma história com relatos distorcidos de sua total veracidade.

Com o surgimento de correntes revisionistas dessa história positivista, durante a década de 1960, que assumiram a preocupação de resgatar a história de grupos esquecidos e as massas populares; passa então a se ter um maior interesse pela história das mulheres⁶.

“O desenvolvimento da história da mulher foi facilitado em grande parte pela ascensão da história social e pelo interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas.”⁷

Isso mostra que a importância inicial com relação ao tema mulher, estava voltado exclusivamente para a questão da família, do lar e pelo cotidiano; não demonstrando inicialmente a

⁴ HAHNER. 1981. p.15.

⁵ SOIHET, Rachel. História das Mulheres.p.276.

⁶ Ibidem. p. 276.

⁷ HAHNER. op. cit.p.15.

presença da mulher em segmentos sociais diversificados. Restringindo-se apenas ao seio da família, limitando o seu papel de cidadã que contribuía para o desenvolvimento da sociedade, no trabalho, na economia e até a influência nos conchavos existentes na política machista e conservadora.

Outro fator influenciável nessa construção e interesse pela história das mulheres, foi o surgimento dos movimentos feministas, desencadeados também na década de 1960 em várias partes do mundo, principalmente no Brasil. As reivindicações das mulheres engajadas nesses movimentos possibilitou uma abertura para questionamentos que levassem a um estudo especificado do tema mulher, englobando todos os aspectos voltados para a diferenciação existente entre os sexos. Estaria dessa maneira, reforçando-se a diferença biológica, mas também levantando questões onde o fato do ser mulher, não comprometeria a capacidade intelectual e a posição de inferioridade na sociedade. “Mas, certamente, as mulheres precisam ser estudadas nos seus próprios termos, à luz das atividades que executam e das posições que ocupam em suas próprias sociedades.”⁸

Desde o período citado (1960), muito foi discutido a respeito dessa inferioridade como também da existência de uma passividade até certo ponto biológica. Para Rachel Soihet:

“Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as mulheres como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em contextos e papéis diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava.”⁹

Dessa maneira, não é fácil procurar reconstruir um passado das mulheres, visto que, a ausência de registros torna-se um grande obstáculo, devido exatamente a insignificância a que as mulheres eram, e ainda são, em alguns casos, ignoradas pelo simples fato de ser mulher. Não teria assim, para a história, interesse, um ser biologicamente inferior. Como também, não seria de grande importância a preservação de registros que possibilitassem um resgate da existência da mulher, situada em sociedades estruturadas sob um domínio patriarcal. É evidente que os poucos registros encontrados teriam sido escritos por homens, sobressaindo-se assim, a visão machista que relegava a mulher apenas espaço na família, ditando o que deveria ela fazer e até o que pensar. Porém, o desenvolvimento de novos campos de interesse da história reforçava o avanço na abordagem para o estudo e o desenvolvimento do feminismo¹⁰, principalmente depois do acesso das mulheres à

⁸ HAHNER. 1981. p.16.

⁹ SOIHET. 1997. p.277.

¹⁰ Entende-se por feminismo, o movimento em defesa de direitos e deveres equiparados para o homem e a mulher.

? *Bárbara?*

instrução escolar, possibilitando o conhecimento e a conscientização que as impulsionaram a lutar por uma condição de cidadã, e não mais serem apenas simples e passivas espectadoras do bonde da história, mas instrumento atuante com plenas condições de exercer todas as funções desempenhadas pelo homem.

No capítulo seguinte, relataremos um pouco da história das mulheres no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte, voltado para a presença feminina no cenário político, através da conquista do voto e da ocupação em cargos eletivos.

3. SITUANDO A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE

3.1. Antecedentes Históricos: Brasil no século XIX

A participação da mulher na política e em outros processos de decisão na sociedade brasileira, é marcado por uma história repleta de períodos sem registro; como também de passividade por parte das mulheres no sentido de organização e movimentos.

“Isto porque razões estruturais e culturais - tais como, por exemplo, a desigual divisão do trabalho, as atividades preconceituosas conscientes e inconscientes contra a mulher, incorporadas inclusive por ela própria - atuam conjuntamente como poderosos obstáculos à participação política da mulher.”¹¹

Historicamente, desde o final do século XIX, no Brasil, as mulheres ansiavam participar ativamente nos processos de escolha da representatividade governamental, pelo menos no que diz respeito ao direito do voto. Após ser proclamada a República em 15 de novembro de 1889, acreditavam estarem cada vez mais próximas desse direito, até então ignorado pela sociedade patriarcal do século passado. No entanto, essa reivindicação foi silenciada, uma vez que, durante a elaboração da Constituinte de 1891, somente uma minoria da bancada constituinte discursou em prol dessa reivindicação. A oposição ao direito ao voto feminino, argumentava riscos de dissolução do núcleo familiar e a inferioridade da mulher; enraizados na cultura preconceituosa e na sociedade patriarcal da época.¹²

Nesse período os primeiros sinais da luta pelos direitos da mulher surgia na voz e na escrita de Nísia Floresta Brasileira Augusta¹³ (1810-1885), abolicionista, escritora e feminista, nascida no Estado do Rio Grande do Norte, que denunciou e protestou contra as condições de inferioridade e dependência a que as mulheres estavam sujeitas na época.

¹¹ BARROSO, Carmem. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. p.124.

¹² SEGATTO, José Antônio (Coord.). *A participação da mulher na sociedade brasileira*. p.11.

¹³ A respeito de Nísia Floresta, veja-se: DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: Vida e Obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995. 365p. e GRILO, Maria Simonetti Gadêlha. *Buscando a luz sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Natal: Clima, 1989. 169p.

Para uma melhor análise desse período da história brasileira a respeito da mulher, é de valor o estudo e a interpretação, a partir dos discursos e dos textos produzidos por mulheres da época, como a norte-riograndense Nisia Floresta e a baiana Violante Bivar e Velasco,¹⁴ que fundou em 1852, o primeiro jornal dirigido por mulheres, o *Jornal das Senhoras*.

3.2. Surgimento dos movimentos feministas no Brasil no século XX, e atuação política da mulher.

No início do século XX, os costumes da sociedade brasileira passam por um processo de mudanças, acarretados com o surgimento de jornais, a instalação de fábricas e outros setores da economia em crescimento, decorrentes dos efeitos da industrialização, causadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918); possibilitando a saída de casa das mulheres a procura de trabalho, despertando o interesse nelas, por direitos negados pela sociedade vigente.

“...Em novembro de 1917, a professora Leolinda Daltro, depois de fundar em 1910 o Partido Republicano Feminino, lidera uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres (desde o século passado o voto era acessível aos homens). Este fato inédito de mulheres na rua protestando e exigindo direitos políticos teve enorme repercussão na elite política e surpreendeu vivamente a população do Rio de Janeiro.”¹⁵

Nesse espaço de tempo (início do século XX), surge no Brasil, cada vez mais, textos e publicações escritas por mulheres, no intuito de abrir espaço através da comunicação para a mulher na luta e na conscientização pelos seus direitos de cidadã. Em 1918, a bióloga Bertha Lutz¹⁶, regressa do exterior e publica no Rio de Janeiro, na *Revista da Semana*, um texto (carta), que denunciava o tratamento dado a mulher e propõe mudanças através de associações e movimentos.

No ano de 1922, sob a liderança e organização de Bertha Lutz, é criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Para SOUZA (1993), “isso significou um grande

¹⁴ Sobre a senhora Violante Bivar e Velasco, é feita referência em HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas - 1850/1937*.

¹⁵ IPEA-DIPES. *Mulheres sem medo do poder. Chegou a nossa vez - Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras*. Rio de Janeiro.p.17.

¹⁶ Sobre Bertha Lutz, veja-se: HAHNER.1981.p.88 et seq., SEGATTO, José Antônio.1987.p.11 et seq.

avanço na luta das brasileiras, pois em alguns dos nossos estados criaram-se núcleos representativos da FBPF.”¹⁷

“...Em 1927, o senador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, induzido (griffo meu), por Bertha Lutz e aproveitando-se da elaboração da Lei eleitoral que precisava ser adaptada à Constituição Estadual, revista no ano anterior, influenciava a redação da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, que dizia: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”¹⁸

Observa-se dentro das leituras consultadas que apenas a obra de SOUZA (1993), refere-se a posição tomada por Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956), com relação ao direito do sufrágio feminino, como um ato induzido pela Dr^a Bertha Lutz e pelo crescimento dos movimentos feministas no Brasil. Percebe-se então, a necessidade de uma análise a respeito desse partidarismo voluntário de Juvenal Lamartine de Faria em favor dos direitos da mulher, podendo também ter o senador utilizado essa reivindicação como estratégia política para eleger-se governador do estado do Rio Grande do Norte nas eleições de 1928, como de fato aconteceu. Em homenagem prestada a Juvenal Lamartine, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ele discursa e afirma:

“Sou, portanto, francamente partidário da igualdade dos sexos perante o direito civil e político e quero ter quando no governo de meu Estado, o concurso da mulher, não só na escolha daquelles (sic) que vêm representar o povo, como entre os que elaboram e votam a lei que tiver de aplicar. (sic) (...)”¹⁹

Com relação à eleição para o senado, “...embora a Comissão de Poderes do Senado declarasse nulas as cédulas originais de mulheres na eleição senatorial de 1928 no Rio Grande do

¹⁷ SOUZA, Heloisa Maria Galvão Pinheiro de. Luisa Alzira Teixeira Soriano - Primeira mulher eleita prefeita na América Latina. p.24.

¹⁸ Ibidem. p.24.

¹⁹ A República, Natal, 27 agosto 1927.

Norte, subtraindo-as do total conseguido pelo único candidato (José Augusto Bezerra de Medeiros), as mulheres ainda podiam votar em eleições locais naquele estado.”²⁰

O subtítulo seguinte tratará exclusivamente das especificidades e do pioneirismo das mulheres norte-riograndenses no cenário político, no que diz respeito as primeiras eleitoras e aos primeiros cargos eletivos ocupados por mulheres.

NOTA

A abertura definitiva ao sufrágio feminino, pode ser observado na conjuntura política iniciada no Brasil na década de 1930.

“Em outubro de 1930, a República Velha chegou a um fim abrupto e Getúlio Vargas tomou o poder. Como na maioria dos países latino-americanos não havia nenhuma oposição por parte do governo contra o sufrágio feminino, a decisão do regime provisório de Vargas era favorável a criação de um novo código eleitoral que fornecesse uma oportunidade de garantir o voto às mulheres.”²¹

A criação desse novo código eleitoral, reforçou ainda mais a abertura e a oficialização do direito ao sufrágio feminino no Brasil. Provavelmente essa abertura seria reflexo da política praticada em outros países latino-americanos, que abriam espaço para a mulher contribuir como cidadã nos processos decisórios de eleição. E não deveria o Brasil, demonstrar sinais de uma política estática, nem tão pouco de uma cultura preconceituosa com referência ao sexo feminino. Mostrou-se então, que os direitos políticos não poderiam ser vistos como privilégio das classes dominantes, e sim, como direitos inalienáveis, a qualquer indivíduo, sem levar em consideração, sexo e classe social.

Em resumo, as modificações feitas a partir dos anos de 1930, na Constituição Brasileira, que gradativamente foram oportunizando definitivamente a mulher brasileira, como cidadã, o direito de interferir nas conjunturas políticas nacional, estadual e municipal.

“As Constituições que se seguiram à revolução de 1930 legitimaram a participação da mulher na concorrência política: a de 1934, no seu artigo 109, tornando obrigatório para os homens e para as mulheres, quando estas exercessem função pública, o alistamento e o voto; a Carta de 1937,

²⁰ HAHNER. 1981.p.117.

²¹ <http://intranet.tre-rn-gov.br>. Mulher. P.3-3.

definindo eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistassem na forma da lei (artigo 117); e a Constituição de 1946, no artigo 131, considerando eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistassem na forma da lei. Com igual sentido e as mesmas palavras, a Constituição de 24 de janeiro de 1967 (artigo 142) e a emenda constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969 (artigo 147), consagravam o direito do voto feminino,..."²²

Os anos de 1930 podem ser vistos como uma consolidação da mulher no cenário político brasileiro, pois além de participarem das eleições ocorridas em 1933 e da Constituinte de 1934, elas demonstram maiores interesses pelos acontecimentos da época e participam ativamente da Ação Integralista Brasileira (partido de ideologia conservadora com características fascistas), estão presentes também na Aliança Nacional Libertadora (frente democrática e antifascista), além de outros movimentos sociais.

Na década de 1940, a partir de 1942, após anos de ditadura, inicia-se um processo de articulação e luta contra as forças do instituído Estado Novo. A mulher conseqüentemente aparece com grande força na luta para que o Brasil entre na guerra contra o nazismo (período esse relacionado a 2ª Guerra Mundial - 1942/1945), pelo direito à liberdade de expressão, seja na comunicação, nas artes, na forma de fazer política; além de lutar pela anistia e por uma nova Constituinte.

A crescente participação da mulher brasileira na vida pública, toma-se com o passar dos anos, cada vez mais intensa, evoluindo nesse período até a década de 1960.

"O início da década de 1960 assinala um avanço significativo de forças sócio-políticas, que colocaram na ordem do dia um conjunto de exigências no sentido de promover profundas mudanças democráticas no País. Em contraposição, as forças conservadoras, aliadas aos representantes do imperialismo, deram início a uma campanha de desestabilização política que, a partir de 1962, acabou por dividir e isolar as forças progressistas."²³

²² LAMARTINE, Thazia Maria. Juvenal Lamartine de Faria - 1874/1956.p.32.

²³ SEGATTO.1987.p.16.

Nesse período, a presença da mulher nas lutas políticas estava associada às entidades conservadoras como a União Cívica Feminina e Campanha da Mulher pela Democracia, que militavam exatamente no período em que articulava-se e explodia o golpe militar de 1964. A respeito do golpe militar de 1964, será feita referência no capítulo que tratará do surgimento da mulher no processo eletivo, concorrendo as eleições na cidade de Acari-RN. Nôca

Nos anos seguintes a esse período, a mulher e, conseqüentemente, toda a sociedade brasileira sofreram uma interrupção no sentido de participar das decisões do país e lutas sociais; decorrentes da instalação do regime ditatorial.

Somente a partir dos anos de 1970, é que novamente grupos da sociedade começam a se organizar contra o regime ditatorial, tendo os grupos formados por mulheres, alcançado grande força na sua organização e participação na luta pela anistia política, eleições diretas, pela democratização do país, e com grande intensidade pelos seus direitos de cidadã participante da sociedade brasileira.

O ano de 1975, que foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Ano Internacional da Mulher, ampliou e impulsionou ainda mais os movimentos feministas no Brasil, criando-se campanhas e publicando-se material à respeito do tema que contribuíram para uma formação e conscientização por parte das mulheres à ciência dos seus direitos.

No início dos anos de 1980, surgem inúmeros grupos de mulheres (Movimento das Mulheres Brasileiras), que espalhadas pelo Brasil, mobilizam a sociedade e solidificam a presença da mulher nas eleições como candidatas. No entanto, muitas dessas mulheres ainda estavam ocupando cargos eletivos sem a devida consciência, dando continuidade, principalmente na região Nordeste do país, as oligarquias²⁴ a que pertencem suas famílias. || ?

Com a Nova República, instituída em 1985 até a década de 1990, o espaço político da mulher no cenário nacional vem sendo conquistado com grande relevância, embora ainda em números estatísticos, seja insignificante a representação da mulher na política no país. Mesmo com essa total abertura e na incessante procura pela conscientização da própria figura feminina, no que tange aos seus direitos e deveres no país, ainda encontra-se caso específico, onde a mulher é imposta como cortina para que a estrutura política a qual está inserida suas famílias e esposos, permaneçam tendo total domínio nas decisões e no controle político de algumas regiões do país. || ?

O estudo do caso destacado nesse trabalho, realizado na cidade de Acari, no Rio Grande do Norte, dará ênfase a essas observações, procurando identificar a importância real da mulher na conjuntura política local.

²⁴ Entende-se por oligarquias, o poder político situado nas mãos de poucas pessoas, seja de uma família, de um partido político ou de uma classe social. ? |

3.3. Especificidades e pioneirismo da mulher no Rio Grande do Norte.

Não se pode escrever ou tentar reconstruir a história da mulher brasileira no cenário público, sem voltar-se com destaque para o Rio Grande do Norte, uma vez que por estratégias políticas ou por vanguardismo, esse estado localizado na região Nordeste e marcado por uma estrutura social e política envoltas por um predomínio patriarcal, conservador e, principalmente, com uma economia pobre: foi pioneiro em alguns aspectos que de início podem até parecer insignificantes para essa estrutura social e política já mencionada, mas que representa lutas e conquistas em favor dos direitos da mulher, nessa sociedade estigmatizada como machista.

Na apresentação do livro de GALVÃO (1994), “1964. Aconteceu em Abril”, escrita por Maria da Conceição Pinto de Góes, está claramente explicado a reação da sociedade patriarcal, quando trata-se da luta das mulheres por seus direitos e principalmente no cenário público:

“O caminho das mulheres ao espaço público é quase sempre acompanhado de sofrimento, discriminação e violência. Sair do espaço privado, do seio da família protetora, ocupar uma função no Estado em expansão, desempenhando “função de homem”, pode torná-las o alvo dos vigias permanentes da moralidade social. Mais ostensiva pode tornar-se a vigilância se esta mulher não carrega ao seu lado a sombra do marido protetor. Qualquer atitude não entendida, que possa pôr em risco a salvação das aparências ou criar um novo modelo de comportamento, assusta homens e mulheres - por motivos diferentes, é claro.”²⁵

Ao estudar a respeito de Nisia Floresta Brasileira Augusta, norte-riograndense que, como abolicionista, escritora, republicana e feminista, deu início a essa luta, observa-se o quanto foi ela discriminada e estereotipada pela sociedade da época, por separar-se do marido e não se submeter aos padrões morais em vigor, regendo que a mulher deveria permanecer em casa e passivamente aceitar todas as condições impostas. Nisia Floresta, pode então ser considerada como uma das precursoras do movimento feminista no Brasil e pela luta de direitos da mulher; ressaltando sua identidade própria e totalmente de vanguarda para sua época. Servindo ela de fonte inspiradora para a mulher consciente do seu papel, da sua própria condição.

²⁵ GOES. Citado por GALVÃO (1994).

Encontram-se também nessa galeria de pioneirismos, levando em consideração as condições em que surgiram no espaço político as figuras de Luísa Alzira Teixeira Soriano, primeira prefeita eleita ; Celina Guimarães Vianna, primeira eleitora e Maria do Céu Fernandes, primeira deputada estadual , todas da América do Sul.

Com relação a Alzira Soriano, que candidatou-se e venceu a eleição no município de Lages, interior do estado, em 1928; observa-se, segundo sua biógrafa Heloisa Maria Galvão Pinheiro de Souza, tratar-se de uma mulher vinda de uma família onde o seu pai, o Coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, detinha poderes políticos na região de Jardim de Angicos, e ao se encontrar em estado de viuvez, ainda muito jovem, Alzira Soriano participa das conversas políticas e da administração das terras da família. É importante destacar que o trabalho de Heloisa Souza, apresenta características jornalísticas, faltando dessa forma produções que versem a respeito de Alzira Soriano de maneira científica

Na ocasião, a convite do governador Juvenal Lamartine, a Dr^a Bertha Lutz, vem ao Rio Grande do Norte para discutir a inclusão de uma mulher para disputar um cargo eletivo. Aconteceu nesse período (1928), um encontro entre Juvenal Lamartine, Bertha Lutz e o Coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, pai de Alzira. Nesse encontro, Bertha Lutz conheceu Alzira e de acordo com SOUZA, (1993), teria Bertha Lutz ficado impressionada com a determinação de Alzira:

“Esta é a mulher que estamos procurando”, disse Bertha Lutz ao governador , depois do encontro com os Vasconcelos”.
 “Convide-a a disputar a Prefeitura do Município e teremos a primeira mulher empossada num cargo eletivo.”²⁶

Mesmo com a determinação de Alzira, mencionada por Bertha Lutz, observa-se que o grande impulso para sua candidatura foi a força e o apoio do governador Juvenal Lamartine e do seu pai, que gozava de grande prestígio político da região. Evidenciando dessa maneira, a presença masculina e de poder influenciando as decisões políticas, onde o domínio ainda era restrito aos homens.

Esteve também o Rio Grande do Norte na vanguarda do voto feminino na América do Sul. A mossoroense Celina Guimarães Vianna é tida como a primeira eleitora inscrita no dia 25 de novembro de 1927. No material pesquisado, e que faz referência a Celina Guimarães, percebe-se a ausência de detalhes a respeito da precursora do voto feminino, no que se refere a sua formação, sua luta (se foi o caso) pelos direitos da mulher e outros aspectos direcionados ao tema mulher. Porém,

²⁶ SOUZA.1993.p.29.

é destacado que Celina era esposa do professor Eliseu Vianna, figura de renome na sociedade mossoroense. Omite-se a estrutura situacional em que foi realizado o seu registro como eleitora.

No capítulo que tratará da presença da mulher na política de Acari-RN, será retomado o aspecto pioneiro da mulher potiguar como eleitora. // nota

Outra figura feminina pioneira é Maria do Céu Fernandes, seridoense eleita primeira deputada estadual da América do Sul para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte nas eleições de 1934, tendo seu mandato cassado por força do golpe do Estado Novo, em 1937. Celina foi eleita com 12.058 (doze mil e cinqüenta e oito) votos pelo Partido Popular.

É relevante o estudo a respeito desse pioneirismo nos dias atuais, ao se estudar a atual participação feminina na política norte-riograndense, já que atualmente em números estatísticos, ainda é relativamente pequena a participação da mulher em cargos eletivos no Rio Grande do Norte. Porém, em estatísticas proporcionais, o Rio Grande do Norte, apresenta 64% (sessenta e quatro por cento) dos municípios do estado com vereadoras, revelando-se o estado brasileiro com maior número delas, proporcionalmente. O estado contabiliza 18 municípios com o executivo assumido por mulheres e um número de 246 vereadoras. Esse crescimento da presença feminina evidenciou-se ainda mais quando foi aprovada pelo Congresso Nacional, a lei nº 9.100/95 - parágrafo 3 do Artigo 11, que rege a obrigatoriedade dos partidos políticos de figurar nas eleições, uma cota mínima em que 20% (vinte por cento) dos seus candidatos sejam mulheres. Como também o porquê dessa ocupação no sentido de consciência e atuação da mulher como política. Ou se as mulheres que nos momentos seguintes a esse período pioneiro, foram induzidas e controladas pela família e pelos esposos no intuito de darem continuidade ao poder político a que pertencem, já que na maioria elas vem exatamente do núcleo dessas famílias; salvo algumas representantes que não pertencem a essa esfera, e por trabalhos desenvolvidos na comunidade que habitam, conseguiram prestígio e liderança que as levaram a ocupar cargos eletivos.

Outro aspecto que deve-se observar na participação da mulher na política do estado, é o fato de que essas mulheres obrigatoriamente por estarem na vida pública não sejam militantes e consideradas feministas, no que se diz respeito ao estudo de gênero.

4. ACARI: QUADRO HISTÓRICO E PERFIL DO MUNICÍPIO:

4.1. História do Acari:

Para CASCUDO (1991), “Acari na região do Seridó, é a velha evocação regional. (...) e sua crônica é uma narrativa do esforço humano, disciplinando as forças convulsas da natureza, num milagre diário de adaptação.”²⁷

A origem do Acari, está relacionada ao período de calmaria que ocorreu após a denominada “Guerra dos índios”, “Confederação dos Cariris” ou “Guerra dos Bárbaros”, terminologias utilizadas pelos autores clássicos Luís da Câmara Cascudo, Augusto Tavares de Lira e José Francisco da Rocha Pombo nas suas obras intituladas História do Rio Grande do Norte, para denominarem o levante indígena ocorrido no período de 1687 a 1697, pelos índios Janduis.

O vale do Acauã, onde localiza-se o rio de mesma denominação que corta a cidade do Acari, era habitado pelos índios Cariris, da raça Tapuia e que também lutaram no levante; tendo sido reprimidos e em sua grande maioria dizimados pelas tropas do capitão Afonso de Albuquerque Maranhão, destacado para aquela região, na incumbência de reprimir a revolta.

A toponímia do município, deve-se a existência em grande quantidade na época, de um peixe de água doce, que habita os poços do rio Acauã, na língua dos nativos chamado de Caaris ou Acaris, simplificando-se depois para Acari, pelos brancos dando nome a localidade.

Uma vez os índios dizimados e expulsos, inicia-se por volta de 1700, uma nova fase do povoamento das terras da região do Seridó. Para a localidade chamada Acari, chega em 1718 o pernambucano Nicolau Mendes da Cruz. Em 1720, o jovem português Tomás de Araújo Pereira, o primeiro; de sua descendência, na figura do seu neto Tomás de Araújo Pereira, o terceiro; o grande patriarca local, ramificou-se quase todas as famílias do Acari. Além de outros que também vieram; como Caetano Dantas Correa (fundador da cidade de Carnaúba dos Dantas – RN), Antônio de Azevedo Maia, português e o seu filho Antônio de Azevedo Maia Júnior (fundador da cidade de Jardim do Seridó – RN).

Em 1725, Nicolau Mendes da Cruz, vende sua fazenda denominada Saco dos Pereiras, ao seu parente; o Sargento-mor Manoel Esteves de Andrade, natural da Bahia, que estava destacado na Paraíba, e que tinha sido transferido para a região do vale do Acauã.

No ano de 1737, Manoel Esteves de Andrade, requer permissão ao então bispo de Olinda-PE, D. José Fialho, para erguer uma capela no povoado, em louvor a imagem de Nossa Senhora da Guia. A permissão foi deferida pela Provisão Episcopal de 11 de novembro de 1835; quando deu-se

²⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Acari, Caicó e Currais Novos. 1991.

a criação da paróquia, conservando-se até o ano de 1863, momento em que foi concluída a construção e inauguração da nova matriz em outro local. A capela primitiva, hoje é a igreja de Nossa Senhora do Rosário, sendo um marco da arquitetura de estilo Barroco, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É curioso e interessante, como cita SANTA ROSA (1974), que Manoel Esteves de Andrade, por haver apenas solicitado e construído a capela de Nossa Senhora da Guia, a pedido de sua mãe, seja considerado como fundador da cidade. No entanto, não encontra-se nada além da solicitação feita por Manoel Esteves de Andrade, ao bispo D. José Fialho, que assegure sua permanência por determinado tempo em Acari, e se existia algum envolvimento dele no desenvolvimento do povoado; seja como proprietário de terras, ou até mesmo como cidadão.²⁸

“Não se sabe se ele voltou à Paraíba ou se foi para algum outro ponto do litoral, ou para algum lugar no Sertão, ou ainda se permaneceu tão isolado no Saco (sua fazenda) que somente as pessoas a ele mais chegadas lhe conheciam a vida particular. De outra parte, não se tem conhecimento se sua mãe veio para Acari, ou se veio e voltou logo.”²⁹

A Resolução do Conselho do Governo, em 11 de abril de 1833, criou o município e a vila do Acari, em território desmembrado de Caicó. Sua área de então, compreendia a dos atuais municípios de Currais Novos, Cerro Corá, Jardim do Seridó, Parelhas, Ouro Branco, Florânia, São Vicente, Cruzeta e Carnaúba dos Dantas (ver mapa 01). Esse acontecimento pode ser considerado como decorrente do prestígio existente na época de alguns de seus filhos, como Tomás de Araújo Pereira (1765-1847), o terceiro e que ocupou o cargo de primeiro Presidente de Província do Rio Grande do Norte, no período de 05-05-1824 a 08-09-1824.

Em um projeto apresentado a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, pelo deputado Manoel Augusto Bezerra de Araújo, foi em 15 de agosto de 1898, assinada a Lei nº 119 pelo governo estadual, que elevou a vila do Acari, sede do município à categoria de cidade.

Acari preservou, durante o final do século XVIII até meados do século XX, grande influência na política estadual, com a passagem de filhos ou pessoas ligadas a cidade por laços de parentescos, na ocupação de cargos na administração do Rio Grande do Norte. É importante ressaltar nesse contexto, as figuras de Tomás de Araújo Pereira, já citado; Otávio Lamartine de

²⁸ SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. Acari – Fundação, História e Desenvolvimento. p.41.

²⁹ Ibidem.p.41.

Faria, filho do governador Juvenal Lamartine de Faria (casado com a acariense Silvina Lamartine de Faria), e que foi brutalmente assassinado durante a Revolução de 1930, quando era prefeito do Acari. Otávio Lamartine, também ocupou o cargo de Superintendente do Serviço de Algodão no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros. Outro importante filho do Acari, foi José Gonçalves de Medeiros, que esteve na liderança do Movimento de Redemocratização de 1945 no estado, sendo também deputado estadual e secretário de estado no governo de Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia. José Gonçalves foi vítima do acidente aéreo juntamente com o governador em uma viagem oficial. Outros nomes da cidade, ocuparam durante muito tempo cadeiras no legislativo estadual e em secretarias estaduais.

A disputa e o controle político do município, esteve durante muitos anos no poder das famílias tradicionais e grandes proprietárias de terras; citando-se como dominantes as famílias Nóbrega, Braz e Bezerra. O domínio político, era baseado em uma política voltada para o coronelismo e assistencialista³⁰; principalmente por tratar-se de uma região pobre, seca e que a política de assistência às comunidades mais desfavorecidas é o grande trunfo nas mãos dos governantes.

A influência política da família Nóbrega, estava diretamente ligada ao período em que a região do Seridó voltava-se com grande interesse para a cultura do algodão. Proprietários de terras e da usina Nóbrega & Dantas, que funcionou no município no período de 1950 até os últimos anos da década de 1970, viram com o declínio da cotonicultura no Seridó, estreitar-se sua liderança, uma vez que eram adeptos do assistencialismo e do chamado "voto de cabresto", onde detinham o controle do seu eleitorado, formado basicamente pela população que dependia da economia algodoeira, que movimentava a cidade. A história da posição política da família Nóbrega no Acari, é associada aos partidos PSD (Partido Social Democrático), MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

As famílias Braz e Bezerra, também proprietárias de terras, praticavam a mesma política dos Nóbregas, porém mantinham uma relação de correligionários e sucediam uma à outra nas eleições municipais. O diferencial com relação aos Nóbregas, foi terem permanecido mais tempo no domínio político da cidade. Eram ligados em seqüência aos partidos UDN (União Democrática Nacional), ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e PDS (Partido Democrático Social).

Gradativamente as famílias Braz e Bezerra foram perdendo espaço na conjuntura política; principalmente quando nas eleições municipais de 1982, o PDS (Partido Democrático Social), divide-se em PDS 1 e PDS 2, lançando dois candidatos ao poder executivo. Surgiu nesse período a

³⁰ Entende-se por política assistencialista, o ato de controlar o poder político prestando serviços a população de baixa renda através da oferta de gêneros alimentícios, medicamentos e favores.

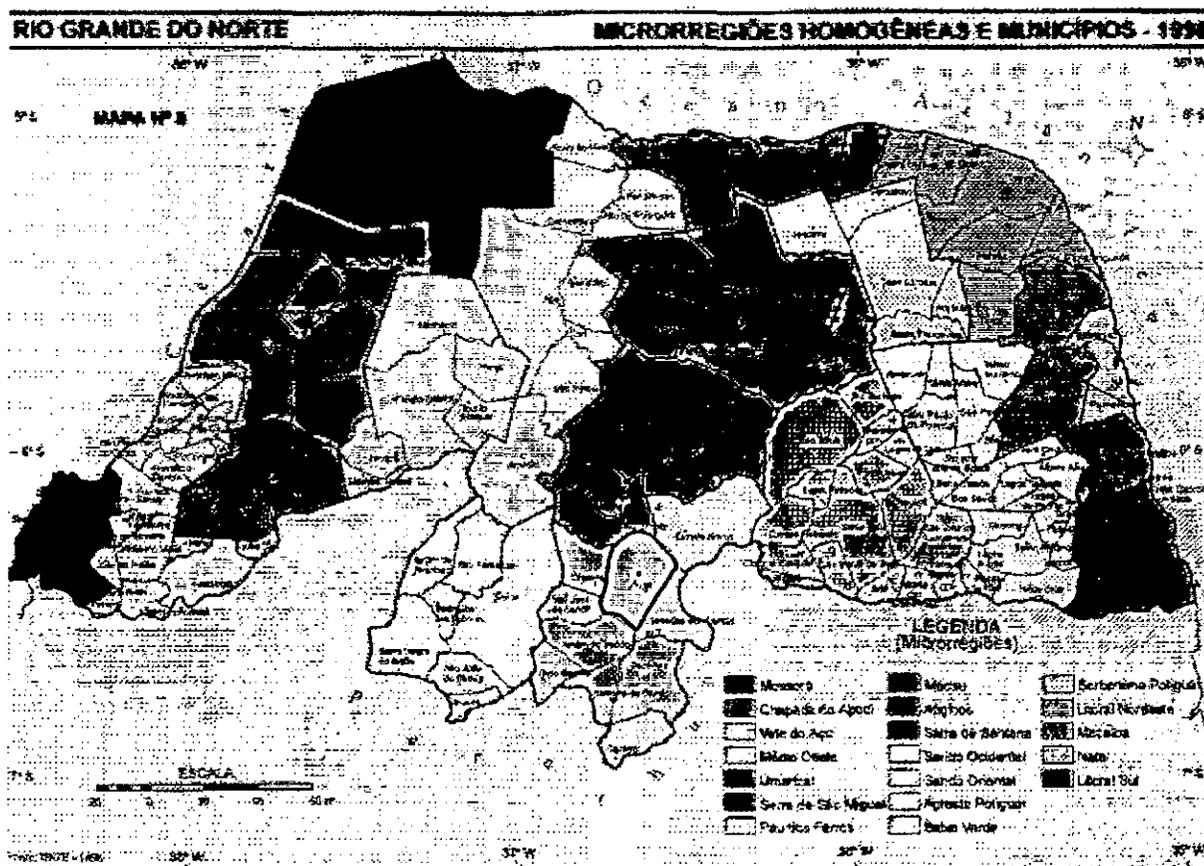
Braz!

liderança que solidificaria no município uma política, onde a figura tradicional do coronel dono de terras e de indústrias, cederia lugar a profissionais liberais, que não mais utilizaria da força característica aos coronéis; mas adeptos da política assistencialista, onde a saúde pública é o principal fator decisivo na “conquista” do eleitorado. Evidencia-se dessa forma apenas uma nova roupagem na política tradicional na região Seridó. Essa nova conjuntura política da cidade, onde a liderança centraliza-se na coligação partidária do PFL (Partido da Frente Liberal) e PL (Partido Liberal), monopoliza a administração pública e dá continuidade a liderança do médico José Fernandes Neto, que solidificou-se na política local desde as eleições de 1982, quando foi eleito vice-prefeito do último representante da família Braz e em 1988, quando vence a eleição para prefeito. // Nota

Falaremos à respeito dessa nova liderança no último capítulo.

4.2. Perfil do município:

O município do Acari localiza-se na Microrregião do Seridó Oriental, do estado. Limita-se ao Norte com a cidade de São Vicente, ao sul com Jardim do Seridó e Carnaúba dos Dantas, ao Leste com Carnaúba dos Dantas, e a Oeste com a cidade de Cruzeta. (mapa 01)



FONTE: FELIPE, J. Lacerda A. CARVALHO, Edilson A. de. Atlas escolar do Rio Grande do Norte, 1999.

Apresenta uma área territorial de 612,9 Km², sendo 209 Km distante da capital do Rio Grande do Norte. Sua altitude média é equivalente a 270m, latitude 06° 26' 08" e longitude de 36° 38' 20" - Coordenadas Geográficas.

O clima do município é tropical quente e seco ou semi-árido, apresentando uma temperatura média anual de 27,5°C, e uma média anual de 491,6 mm de precipitação pluviométrica, calculada no seu período chuvoso, de março a abril, e uma umidade relativa do ar de 64% em média anual. Com solo bastante pedregoso e sua formação vegetal composta de caatinga hiperxerófila e subdesértica, onde as plantas sobrevivem com pouca água, apresentando as mesmas características do sertão nordestino.

O relevo varia de 200 a 400m de altitude e Acari está entre as partes altas do planalto Borborema e a Chapada do Apodi. A altitude do ponto mais alto é a serra Bico da Arara, com 654m. Os principais rios existentes no município são o rio Acauã, o rio Salgado e rio Carnaúba, que são aproveitados no plantio agrícola característico do município. A cidade possui também açudes públicos, como o açude Marechal Eurico Gaspar Dutra, conhecido como Gargalheiras e que tem uma capacidade de 40.000.000 m³ de armazenamento d'água tonando a pesca como fonte de renda de grande relevância para a economia da cidade.

A cidade é baseada em uma economia de subsistência, produzindo-se principalmente milho, feijão, pequenas criações de bovinos, ovinos e suínos, além de indústrias de pequeno porte e um comércio sem grandes dimensões para a economia do estado. O setor primário é basicamente formado por atividades agrárias. A indústria é caracterizada por micro-empresas, além de um artesanato, a ser explorado pela comunidade, no sentido de preservação das habilidades artísticas locais e valorização da mão-de-obra. A cidade apresenta um grande potencial turístico ecológico, tendo com pontos de atração o açude Gargalheiras, a fuma das andorinhas, na serra Bico da Arara (ponto mais elevado do município), além da igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Casa de Câmara e Cadeia (museu), tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Segundos dados fornecidos pela Justiça Eleitoral de Acari, o município contava no ano de 1998, com um eleitorado de 8.095 (oito mil e noventa e cinco) eleitores cadastrados.

A cidade rege-se por uma Lei Orgânica própria votada, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal em 31 de março de 1990, de acordo com o art.29 da Constituição Federal. O poder legislativo é composto e exercido por 10 (dez) vereadores, eleitos pelo voto direto, como também o poder executivo, exercido pelos cargos de Prefeito e Vice-prefeito.

Segundo informações coletadas no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população do Acari, nas décadas que vai de 1940 a 1980 tinha a seguinte configuração estatística:

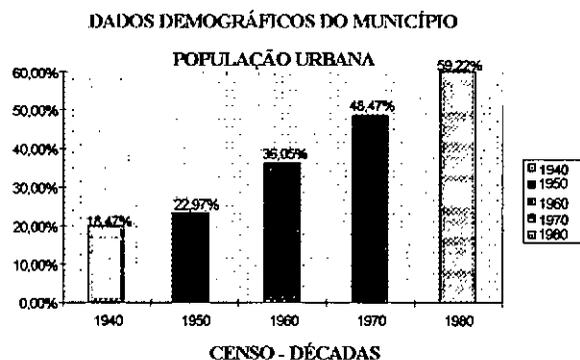
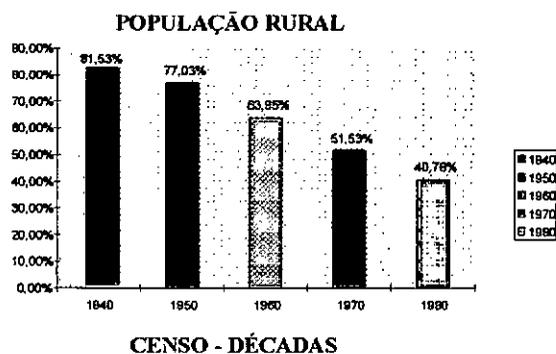
DADOS POPULACIONAIS - MUNICÍPIO DE ACARI - RN

CENSO/ ANO	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
1940*	2.839	12.536	15.375 hab.
1950*	3.748	12.570	16.318 hab.
1960	2.878	5.106	7.984 hab.
1970	5.282	5.616	10.898 hab.
1980	6.522	4.491	11.013 hab.

* O território do município de Acari era formado pelas cidades de Carnaúba dos Dantas e Cruzeta, desmembradas em 1953.

FONTE: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados censitários de 1940 a 1980.

Sendo distribuída da seguinte forma:

DADOS DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE ACARI - RN

FONTE: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados censitários de 1940 a 1980.

Verifica-se que até a década de 1970 existia o predomínio da população rural em termos absolutos, uma vez que a economia de subsistência era voltada totalmente, para a agricultura; mesmo depois do desmembramento das cidades de Carnaúba dos Dantas e Cruzeta, em 1953.

Na década de 1980, ocorreu um decréscimo da população rural em relação à população urbana. E hoje, a maioria da população é urbana, ocorrendo um ligeiro e perceptível declínio da população, exigindo possibilidades de crescimento econômico e social.

Estimativas para a década de 1990, segundo dados do IBGE para o município, é assim apresentado para que se perceba a redução gradativa da população residente, despertando a preocupação para os fatores que influenciam direta ou indiretamente na redução da população. Verifica-se nesse processo de emigração da população, a inexistência de fonte de renda para a população jovem, que na ânsia de crescimento profissional e intelectual procuram os grandes centros do país. Além das famílias de agricultores que em períodos de seca, abandonam a zona rural em busca de sobrevivência.

ESTIMATIVAS PARA A DÉCADA DE 1990 DO MUNICÍPIO DE ACARI - RN

ANO	POPULAÇÃO
1993	11.091 hab.
1994	11.126 hab.
1996	10.948 hab.
1997	10.921 hab.
1998	10.898 hab.

FONTE: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados estimativos e censitários da década de 1990.

O município do Acari, inserido na região Seridó, apresenta em seus aspectos físicos, econômicos e sociais, características semelhantes as cidades da região do Nordeste brasileiro, onde as condições sócio-econômicas e culturais da população favorecem a solidificação de uma estrutura política voltada para o continuísmo dos domínios oligárquicos, que sustenta-se nas necessidades das populações de baixa renda, que compreendem a maioria dos habitantes dessas cidades.

5. AS MULHERES E A POLÍTICA EM ACARI-RN:

5.1. Antecedentes ao corte temporal estudado (1962-1998):

Sentindo a influência dos movimentos pela luta do direito ao voto feminino, e depois da instituição da lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, atribuindo à mulher o direito ao voto; Acari registra também a inclusão da mulher como eleitora. A exatos 10 dias, depois da inscrição de Celina Guimarães Vianna, como a primeira eleitora do Rio Grande do Norte, em 25 de novembro de 1927, acontece o registro de Martha Maria de Medeiros, em 10 de dezembro de 1927. Segundo, RODRIGUES (1993), alistaram-se no Rio Grande do Norte, sucessivamente após Celina Guimarães Vianna, Beatriz Leite Moraes em 29-11-1927, em Mossoró e Martha Maria de Medeiros do Acari em 10-12-1927, sendo assim a acariense citada a terceira eleitora do estado.³¹ Em anexo, a cópia da transcrição feita por RODRIGUES (1993) do despacho do juiz eleitoral do Acari, autorizando a inscrição daquela acariense como eleitora.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DO ACARY
MUNICÍPIO DO ACARY

TERMO Nº 464

DATA DA DECISÃO: 10 de Dezembro de 1927.

NOME: Martha Maria de Medeiros, com 24 anos de idade, solteira, professora particular, residente no Sítio Rajada, deste Município, filha legítima de Joaquim Paulino de Medeiros; dou fê.

O ESCRIVÃO

Paulino Alberto Dantas

FONTE: Cartório Eleitoral do Acari-RN. Livro para os termos de inclusão no alistamento, a que se refere o artigo 8º do decreto nº 121.93 de 6 de setembro de 1916.p.65v. Transcrito conforme o original.

³¹ RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira - direitos políticos e civis.p.75.0

QUADRO DAS 10 (DEZ) PRIMEIRAS ELEITORAS DO ACARI-RN

DATA	Nº	NOME	IDADE	EST.CIVIL	PROFISSÃO
10-12-1927	464	MARTHA MARIA DE MEDEIROS	24	SOLTEIRA	PROFESSORA
24-07-1928	467	BEATRIS MYRTE DE ARAÚJO	23	SOLTEIRA	PROFESSORA
14-08-1928	468	MARIA AMÉLIA DE OLIVEIRA	40	SOLTEIRA	MODISTA
14-08-1928	469	JOSEFA AUTA DE ARAÚJO	40	CASADA	—*
14-08-1928	470	JACINTHA VERAS LOPES	33	CASADA	COSTUREIRA
14-08-1928	471	ALMJIRA ARÊAS MARÇAL	24	SOLTEIRA	MODISTA
14-08-1928	472	MARIA CHRISTINA MANGABEIRA	28	SOLTEIRA	PROFESSORA
14-08-1928	473	JOSEFA DE ARAÚJO GOMES	28	CASADA	PROFESSORA
14-08-1928	474	GEORGINA MEDEIROS	21	SOLTEIRA	MODISTA
18-08-1928	475	ARTHEMISA MARIA DE ARAÚJO	31	SOLTEIRA	CRIADORA

* Foi mencionado a profissão do marido: Funcionário público.

FONTE: Cartório Eleitoral de Acari. Livro de Registro de Eleitores - 1916 .p.65v.a 67v.

Analisando-se a transcrição do registro de Martha Maria de Medeiros, como também o quadro das 10 (dez) primeiras eleitoras, percebe-se tratar de mulheres jovens, com uma faixa etária entre 21 a 40 anos, na sua maioria solteiras e com uma atividade profissional, principalmente como professoras, com exceção de Josefa Auta de Araújo, que provavelmente era dona de casa, uma vez que foi apenas mencionado a profissão do seu marido (funcionário público). Outro aspecto interessante verificado no Registro Eleitoral, é a menção aos nomes dos genitores das inscritas, na sua maioria pessoas de influência política e grandes proprietários de terras no município; como também 70% (setenta por cento) dessas 10 eleitoras foram inscritas no dia 14 de agosto de 1928, data que antecede a festa religiosa e social em homenagem a padroeira do município, Nossa Senhora da Guia. Esse evento religioso e social, trazia à cidade todas as famílias de destaque na sociedade local, residentes na zona rural. Provavelmente ocorreu algum ato solene no momento da inscrição no Cartório Eleitoral. Não se encontrou informações que relatassem o posicionamento das 10 (dez) primeiras eleitoras do município, no sentido de envolvimento com movimentos feministas e conscientização política, voltado para os direitos da mulher. Apenas cita-se a saudação de Martha Maria de Medeiros na solenidade de recepção feita a Bertha Lutz.

Nos períodos que Antônio Basílio de Araújo (1889-1932), foi Presidente de Intendência do município, ocorre em Acari a fundação do Núcleo Eleitoral Feminino. Ele ocupou o cargo de Presidente de Intendência por três vezes (1920 a 1922, 1923 a 1925 e 1926 a 1928).

“ Na sua gestão foi fundado o primeiro Núcleo Eleitoral Feminino do Acari. Antônio Basílio de Araújo convidou para a solenidade de fundação a Dr^a. Bertha Lutz, que incentivou o voto feminino no país, [...] cabendo à Srt^a. Martha Maria de Jesus (Medeiros),[...] saudar a ilustre visitante, em nome da mulher acariense.”³²

Não foi encontrado dados a respeito do Núcleo Eleitoral Feminino do Acari, possibilitando esclarecimentos a cerca de seus objetivos, suas integrantes e seu período de funcionamento. Com relação a visita de Bertha Lutz a Acari, provavelmente tenha vindo acompanhada por Juvenal Lamartine, que mantinha relações de família com a cidade, além de grande influência política.

O trabalho de FERNANDES e BEZERRA, é de caráter memorialista, no entanto constitui // Nota
dentre as publicações a respeito da cidade, a única referência encontrada que mencione a existência do Núcleo Eleitoral Feminino do Acari.

Posteriormente, após a mulher conquistar o direito ao voto, não ocorreu nenhum movimento que tenha evidenciado no município a atuação e a influência da mulher na política local. O tópico seguinte tratará do surgimento da mulher na vida pública da cidade, quando são eleitas as primeiras vereadoras do município, no entanto apenas uma viria a assumir o mandato.

5.2. Surgimento da mulher na vida pública do Acari, ocupando cargos eletivos:

A presença da mulher na política do Acari, ocorre no ano de 1962, quando nas eleições de 07 de outubro desse ano, são eleitas para vereadoras Mônica Nóbrega Dantas e Antônia Pires Galvão, pelo PSD (Partido Social Democrata). Mônica Nóbrega, representava as famílias tradicionais e proprietárias de terras, além de proprietária da usina Nóbrega & Dantas, que beneficiava o algodão no período em que a cidade vivia economicamente à sombra da cotonicultura. A família Nóbrega detinha grande influência política, e a maioria dos candidatos eleitos estavam ligados ao domínio deles. Antônia Pires Galvão, apresentava-se como funcionária pública federal, especificadamente na obra de construção da barragem Marechal Eurico Gaspar Dutra - Gargalheiras, exercendo a função de contadora do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), e sua candidatura foi uma indicação de Mônica Nóbrega, por ser Antônia uma pessoa de grande popularidade entre os operários da construção da barragem.

³² FERNANDES, José Pires, BEZERRA, Luiz Gonzaga Meira. Relembrando o passado: Acari- RN.p.23.



TRAJETO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACARI, PARA A PREFEITURA EM SOLENIDADE DE POSSE NO DIA 31 DE JANEIRO DE 1963. EM DESTAQUE, ANTÔNIA PIRES GALVÃO - PRIMEIRA VEREADORA DO ACARI - RN.

FONTE: Arquivo particular de Antônia Pires Galvão.

No ano de 1960, tinha sido eleito governador do estado, Aluísio Alves, por uma coligação de partidos - Partido Social Democrata (PSD), Trabalhista Brasileiro (PTB), Democrata Cristão (PDC), Trabalhista Nacional (PTN), e uma dissidência da União Democrática Nacional (UDN). Em poucos meses de administração, o governador começou a divergir de opinião com Djalma Maranhão, prefeito da cidade do Natal, e com isso dividir a opinião pública do estado. Aluísio Alves, possuía prestígio e uma força popular considerada inabalável e administrava com tranquilidade, apoiado nos recursos financeiros vindos do programa americano para a América Latina, "Aliança para o Progresso".³³

A maioria eleita para a Câmara Municipal de vereadores do Acari, pertencia ao PSD (Partido Social Democrata), estando então em maioria a bancada da situação. No entanto, antes da diplomação dos vereadores eleitos; Mônica Nóbrega renuncia ao cargo de vereadora, uma vez que tinha ganho a eleição para a prefeitura da cidade de Macaíba-RN, no dia 05 de novembro de 1962. Passando dessa maneira Antônia Pires, a figurar como a primeira mulher a ocupar cargo eletivo na cidade.

³³ GALVÃO, Mailde Pinto, p.02.

A diplomação pela Justiça Eleitoral ocorreu no dia 26 de novembro de 1962 e a posse aconteceu no dia 31 de janeiro de 1963. Na ocasião Antônia Pires, é eleita relatora da comissão permanente de Legislação, Justiça e Redação. Nos arquivos da Câmara não foi encontrado nenhum parecer proferido por essa comissão, da qual a vereadora citada fazia parte.

Ocorreu no país no ano seguinte (1964), o golpe militar e o Rio Grande do Norte dividia-se politicamente entre as oligarquias conservadoras e rivais do senador Dinarte de Medeiros Mariz e do governador Aluisio Alves. O partido comunista brasileiro, encontrava-se na ilegalidade e sobrevivia no estado pela liderança do professor Luís Maranhão Filho e do médico Vulpiano Cavalcanti.³⁴

Em pesquisa nos arquivos da Câmara Municipal, não se encontra referências ao golpe militar de 1964, na cidade do Acari, provavelmente por estarem o governo municipal e o estadual na mesma conjuntura política, tenha a maioria da Câmara Municipal ficado ao lado do governo. ?

Outro fato verificado nos arquivos da Câmara Municipal é a ausência da vereadora Antônia Pires a uma série de reuniões consecutivas, fato esse que a fez perder o mandato no dia 01 de abril de 1966, na primeira reunião do primeiro período legislativo do corrente ano. Tendo esse fato sido relatado na 425ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Acari.

“(...) A mês[sic] opinou pela reeleição de todos os membros em exercício eleitos e empossados no dia primeiro de abril de mil novecentos e sessenta e cinco (1º/4/1965), exessão feita sôbre[sic] a nobre Vereadora Antônia Pires Galvão que por Lei já perdeu o mandato, visto haver faltado, ou digo, a mais de vinte sessões consecutivas.(...)”³⁵

Não foi encontrada a Lei citada na Ata que rege sobre a perda de mandato de vereadores, no entanto, segundo a ~~senhora~~ Antônia Pires, ela renunciou ao cargo por motivos pessoais.

Após a renúncia de mandato de Antônia Pires, deixa novamente de figurar a imagem da mulher na política local. Embora tenha Mônica Nóbrega ainda articulado e procurado solidificar sua liderança no município, sua influência política ia se tomando cada vez mais estreita, até pelo fato dela estar residindo no município de Macaíba, aonde era prefeita. Mônica Nóbrega ocupou o cargo de deputada estadual por dois mandatos, de 1967 a 1970 e de 1984 a 1987, no entanto não desenvolveu um trabalho junto ao governo na intenção de proporcionar algum desenvolvimento para a cidade do Acari. ?

³⁴GALVÃO.1994.p.02.

³⁵ Livro de Atas. p.74v.

Nas eleições municipais de 1966 e de 1970, não figura a presença da mulher no legislativo, coincidindo esse período com os anos seguidos ao golpe militar e o regime ditatorial instaurado no país após o ano de 1964, quando ocorre uma brusca redução da mulher e da sociedade brasileira na política do país.

Na década de 1970, as forças democráticas aos poucos irão se recompondo e se articulando, numa ampla frente contra o regime ditatorial. Nesse contexto ressurgem com maior vigor a participação da mulher, nos mais variados movimentos de luta pela democratização do país: pela anistia, eleições diretas, constituinte, nos partidos políticos, associações etc. A sua participação política não se resume às lutas pela democracia em geral, mas também à luta pelos seus direitos próprios de cidadã.³⁶

Coincidentemente nas eleições de 15 de novembro de 1972, são eleitas duas vereadoras para o legislativo municipal. Severina de Araújo Medeiros e Ivanilde de Araújo Bezerra candidatas pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), chegam a Câmara Municipal, no entanto percebe-se através de pesquisas aos arquivos da Câmara, que as vereadoras não tiveram um desempenho no sentido de apresentação de projetos e de reivindicações de iniciativa próprias, principalmente na questão de defesa da mulher. Eram elas representantes de famílias tradicionais na cidade e talvez por isso ocupassem mais um lugar no legislativo para assegurarem o domínio público das facções políticas a que pertenciam suas famílias e esposos. Dentro desse contexto, uma parcela de mulheres acredita que a própria forma pela qual o poder político é estruturado e institucionalizado, impõe limites sérios as mulheres para uma transformação real de sua condição feminina.³⁷

O ano de 1975, instaurado pela Organizações das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, provoca no Brasil, uma mobilização de vários grupos de mulheres para estudos da questão feminina. Esse ano funcionou como um impulso para as aspirações que circulavam nos meios operários, nos partidos políticos e que não tinham sido ainda assumidas por esses grupos, porém a mobilização histórico-social da mulher, situando o seu ser atraente no mundo,

³⁶ SEGATTO.1987.p.16.

³⁷ BARROSO.1982.p.156.

possibilitou a estruturação de um discurso em que o argumento feminino com características distintas do discurso padrão da sociedade patriarcal ³⁸ modificava-se em favor da mulher.

Na cidade do Acari, não encontra-se registro à respeito de acontecimentos relacionados ao Ano Internacional da Mulher, devendo essa ausência ser resultante da passividade da mulher acariense engajada na política, no sentido de luta e direitos da mulher como ser distinto, possibilitando a estrutura local solidificada na imagem do homem, a continuação do controle político e do uso da mulher para perpetuar o domínio de suas famílias e facções no jogo político habitual na região Nordeste.

Percebe-se a cada período eletivo que não ocorreu o aumento no número de mulheres na vida pública, e sim uma mudança nas representantes, de acordo com a estrutura política que a cada período passava a controlar o cenário político local. Nas eleições de 15 de novembro de 1976 são eleitas pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Francisca Pires Galvão e Auda Cunha Dantas, e mais uma vez verificou-se a ausência da conscientização por parte das vereadoras do papel da mulher na sociedade e na política, através da inexistência de projetos direcionados à valorização da mulher como categoria, continuando a predominância do domínio masculino. Embora a vereadora Francisca Pires, tenha tido uma participação mais ativa, no sentido de argumentar e levar discussões para as reuniões da Câmara, contrariando muitas vezes a opinião dos demais vereadores.

A lenta chegada ao estado de direito no Brasil, após a anistia em 1979, culmina no início dos anos de 1980 com uma maior participação política na sociedade brasileira e um grande chamamento à atuação das mulheres ³⁹. Esse aumento não ocorreu no município do Acari, uma vez que nas eleições de 1982, apenas uma mulher foi eleita para o legislativo. No entanto, apresenta-se um diferencial com relação às já citadas vereadoras, por tratar-se de uma figura não vinculada por parentesco as famílias dominantes da cidade e por ter conseguido uma liderança através de um trabalho prestado na área de saúde às comunidades mais carentes. A eleição da vereadora Fátima Maria de Medeiros pelo PDS (Partido Democrático Social), destaca-se também por ser até hoje a vereadora eleita com o maior número de votos (618), na cidade do Acari, estando no quarto mandato consecutivo. A estratégia utilizada na política do município, para a conquista de votos, é voltada para um assistencialismo às camadas mais carentes, principalmente no que se refere à saúde pública. "(...)Fátima Maria (Bibi) recebeu a chefia de um Posto de Saúde,(...). O Posto de Saúde, além de

³⁸ SILVA, Telma Camargo da. A especificidade da argumentação feminina face às determinantes culturais.p.99-103.

³⁹ IPEA-DIPES.1996.p.21.

sua privilegiada localização, é uma arma poderosa nas mãos da Vereadora Fátima Maria que também é Enfermeira. (...) ⁴⁰

A história das mulheres brasileiras na vida pública, embora moldada e limitada nas propostas do estado e das oligarquias que ainda perduram na região Nordeste, não podem ser mais ignoradas, pois de alguma maneira estão contribuindo para mudar a estrutura da política brasileira, mesmo com dificuldades encontradas diante das estruturas montadas e arquitetadas por um continuísmo político.

A presença da vereadora Fátima Maria, continua na eleição de 1988, porém com o surgimento de mais duas mulheres na Câmara Municipal. Audete de Araújo Neves, eleita pelo PL (Partido Liberal), também projetada da mesma forma que Fátima, através de um trabalho assistencialista, e Vicência Medeiros, do PDS (Partido Democrático Social), figurando como representante de uma família de prestígio na cidade.

As três vereadoras citadas (Fátima, Audete e Vicência), continuam no legislativo municipal, após as eleições de 1992 e 1996, embora na campanha política de 1996, 08 mulheres tenham concorrido às eleições, não conseguiram aumentar a representação no legislativo e ocupar outras cadeiras na Câmara Municipal. Elas totalizaram na campanha um percentual de 29,63% (vinte e nove vírgula sessenta e três por cento) do total de candidatos. Contudo, a mulher assumiu um cargo de destaque na Câmara Municipal, através da eleição da vereadora Fátima Maria de Medeiros como vice-presidente no biênio de 1997 a 1998. A modificação nessa estrutura partidária nesse período, foi a mudança de partido de Fátima Maria e Vicência Medeiros para o PL (Partido Liberal), e de Audete Neves para o PFL (Partido da Frente Liberal).

É interessante apontar a ligação da maioria delas com a facção partidária do prefeito local, como também o número de votos recebidos pelas vereadoras no município em todas as eleições, resultando nas apurações finais, significativas colocações no quadro geral fornecido pela Justiça Eleitoral.

No corte temporal estabelecido pelo trabalho de pesquisa, o quadro da presença da mulher no legislativo da cidade do Acari, é apresentado a seguir, de acordo com informações coletadas no Cartório Eleitoral do Acari, procurando apontar o período eleitoral em que foram eleitas, a quantidade de votos contabilizados pela Justiça Eleitoral e o partido político a que estavam vinculadas. Nas colunas onde não figura nenhuma denominação, corresponde exatamente aos períodos onde não houve a presença da mulher nas eleições.

⁴⁰ Jornal do Seridó, Caicó, janeiro 1992, p.16.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS VEREADORAS DO MUNICÍPIO DO ACARI
(1962 - 1997)

ELEIÇÃO	VEREADORA	VOTOS	PARTIDO
07-10-1962	Mônica Nóbrega Dantas *	367	PSD
	Antônia Pires Galvão	105	PSD
15-11-1966			
15-11-1970			
15-11-1972	Severina de Araújo Medeiros	345	ARENA
	Ivanilde de Araújo Galvão	234	ARENA
15-11-1976	Francisca Pires Galvão	354	MDB
	Auda Cunha Dantas	189	MDB
15-11-1982	Fátima Maria de Medeiros	618	PDS
15-11-1988	Audete de Araújo Neves	332	PL
	Vicência Medeiros	314	PDS
	Fátima Maria de Medeiros	233	PDS
03-10-1992	Fátima Maria de Medeiros	359	PDS
	Vicência Medeiros	352	PDS
	Audete de Araújo Neves	219	PL
03-10-1996	Fátima Maria de Medeiros	331	PL
	Audete de Araújo Neves	289	PFL
	Vicência Medeiros	283	PL

*A vereadora Mônica Nóbrega, renunciou ao mandato antes da diplomação.

FONTE: Ata de diplomação eleitoral, livro nº 01. Cartório Eleitoral do Acari-RN

A existência palpante das lutas feministas pode ser mensurada com o movimento em defesa da liberdade de direitos políticos e civis, deixando a mulher brasileira em grande maioria preocupada com um futuro, exceção feitas às mulheres que ainda vivem à sombra do poder do esposo e do domínio político de suas famílias, que sabedoras da situação colaboram para essa continuação da hegemonia partidária a que pertencem.

Em 1996, o poder executivo da cidade do Acari, é disputado pela primeira vez em toda sua história por três candidatas, sendo dois desses do sexo feminino. O quadro apresentava-se da seguinte maneira: José Eduardo da Silva, candidato pelo PT (Partido dos Trabalhadores), concorria às eleições contra Maria Salésia Fernandes do PFL (Partido da Frente Liberal), candidata da

situação, apoiada pelo prefeito e pela maioria dos vereadores, e Adaltiva de Medeiros Silva, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

O mundo político-partidário ainda é, em grande maioria, dominado por homens, porém apresenta sinais de mudanças em todas as partes do país, inclusive na região Nordeste, onde mesmo ocupando por conveniência partidária cargos eletivos, a mulher começa a deixar de lado toda a fragilidade atribuída ao sexo frágil e passa a contracenar com o homem o espaço político, antes um reduto totalmente masculino, provando toda a sua capacidade intelectual e de administração.

Dessa maneira as eleições de 03 de outubro de 1996 do Acari, definiu na sua história a eleição de uma mulher para ocupar a Prefeitura pela primeira vez, por um mandato conferido pelo povo em eleições diretas.

Segundo informações, o resultado final da eleição apresentou o seguinte quadro:

RESULTADO GERAL DA ELEIÇÃO PARA PREFEITO EM ACARI (1996)

CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS
Maria Salésia Fernandes	PL/PFL	4.329
Adaltiva de Medeiros Silva	PMDB	1.615
José Eduardo da Silva	PT/PC do B	214

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.⁴¹

Nesta eleição estavam aptos a votar 7.842 eleitores, comparecendo as umas, apenas 6.598 com uma abstenção de 1.244 eleitores. Foram contabilizados 583 votos em brancos e 349 nulos, além de 111 votos de legenda. A candidata eleita Maria Salésia Fernandes obteve 65, 61% (sessenta e cinco vírgula sessenta e um por cento) dos votos válidos. Os outros dois candidatos obtiveram um somatório de votos de 27,65% (vinte e sete vírgula sessenta e cinco por cento).

O marketing da campanha de Maria Salésia foi estruturado na figura de uma mulher frágil, da dona de casa e mãe responsável, de conduta inabalável e que traria para a cidade toda a proteção materna, principalmente utilizando-se a imagem da mãe dos pobres, algo que sensibilizasse o eleitorado diante de uma conjuntura política tão fechada e machista, possibilitando a cidade a esperança de uma nova administração. Essa imagem relacionada a mãe dos pobres, reflete sinais do culto mariano (culto a Virgem Maria), representando a ideologia dominante e cultural da Igreja Católica, principalmente na utilização de apelidos como o da candidata Maria Salésia durante a

⁴¹ <http://intranet.tre-rn.gov.br/eleicoes96.p.1-2>

campanha eleitoral: “a santinha”. Porém, no desenrolar da campanha eleitoral, evidenciava-se conjuntamente a imagem da candidata a presença do marido, líder político da cidade de grande influência que assessorava a campanha da esposa, nos discursos e visitas às residências; diferente da candidata do PMDB, que buscava apresentar-se como uma mulher independente, com objetivos definidos embora ligada a uma conjuntura política arraigada e em decadência no que se refere a lideranças municipais, mais com traços fortes da política coronelística que ainda sombreia a região.

No tópico seguinte será apresentado uma análise a respeito da atuação da mulher na política do Acari e suas diferenças com relação à política feita pelos homens, procurando traçar o perfil da mulher acariense engajada na vida pública, seja por convicção partidária própria, ou por imposição da família e da estrutura política que pertence.

5.3. Análise da atuação da mulher na vida política do Acari:

O papel desempenhado pela mulher na política ainda apresenta uma reprodução da sociedade machista da região Nordeste, onde a mulher ocupa determinadas funções para suprir as necessidades oriundas dos grupos sociais pertencentes. É claramente percebido uma continuação das oligarquias tradicionais características da região, dispendo das mulheres, sejam elas esposas, filhas ou representantes de determinadas camadas sociais, para dar segmento a ocupação de cargos, numa espécie de revezamento com os familiares ou outros membros dos grupos políticos, no domínio da administração pública.

Na cidade do Acari, a atuação da mulher na política apresenta nitidamente todas as características da política tradicional e oligárquica da região, revelando ainda o domínio masculino no poder de decisão na conjuntura política local.

Através das entrevistas realizadas na pesquisa, apresentadas, em anexo, pode-se perceber a entrada da mulher acariense na vida pública, como algo casual, segundo as entrevistadas; aonde não existe uma programação em forma de projeto pessoal que venha lhe possibilitar acessos a cargos públicos, mas sim uma espécie de obrigação, articulada a jogos políticos que manipulam os grupos dominantes locais. A escolha dessas mulheres ocorre principalmente quando existe uma espécie de alavanca; o chamado trabalho social na comunidade, através da experiência com classes sociais economicamente inferiores, desenvolvendo um aspecto direcionado ao setor financeiro, de forma assistencialista; onde ela possa ser reconhecida. Observando os depoimentos pode-se perceber o aspecto casual identificado ao responderem como iniciaram a carreira política, deixando bem claro que não tinham um projeto político pessoal definido, apenas um interesse em ajudar as pessoas

menos favorecidas, no entanto a influência das famílias ou dos líderes locais desencadeou em grande parte, a candidatura a cargos eletivos.

“Foi...por acaso. O início da minha vida política, com certeza eu lhe digo que foi por acaso.(...)”

“Por acaso, né ! Não tinha nem assim uma pretensão de me candidatar,(...)”

“Minha vida política iniciou, através de um trabalho que eu tinha,(...) e me tornei assim...uma pessoa confiável, com o povo.(...)” (Tocete?)

Mesmo cercadas por toda estrutura já existente, as entrevistadas acreditam desafiar o meio político pelo fato de serem mulheres, e explicitam em suas afirmações o empenho de mostrar ser a mulher capaz de ocupar funções que antes pertenciam unicamente ao homem. O incentivo é resultante desse “desafio”, imposto pela sociedade patriarcal remanescente na estrutura social local, e a segurança no desempenho das funções públicas perfila a auto-estima e o senso de responsabilidade que enfatizam ser característico das mulheres

“(...)mas ele começou a nos desafiar, dizendo que não tínhamos votos, não tínhamos liderança; essa coisa toda e eu me entusiasmei com aquilo de tanto sofrer decepção e candidatei-me a vereadora de Acari.(...)”

O desempenho das mulheres políticas do Acari, percebe-se ser munido de simplicidade, onde o senso de realidade, na tentativa de solucionar questões práticas de impacto na vida cotidiana, como educação, saúde, assistência social e moradia, solidificam seu dever cumprido de representante do povo. Dentro desse contexto de assistência social, está implícito um conceito de cidadania, reduzido à prestações de serviços à determinados grupos (idosos, crianças e jovens). Além de uma visão de concessão com relação a esses serviços e não de direito da população. Não se encontra nenhum trabalho direcionado à valorização da mulher no sentido de categoria; como ações e projetos de combate à violência, abuso sexual, saúde reprodutiva.

“(...)a respeito de moradia que as condições eram péssimas, e consegui acabar de uma vez por todas com as casas de taipas da cidade. Então, eu acho que isso já é uma forma social muito boa que eu estou dando (griffo meu) ao pessoal.”

Assim, o campo de atuação dessas mulheres, não possibilita nenhuma inovação na administração e no desenvolvimento da cidade. O desempenho político delas, sofre influências diretas do sistema político dominante em que encontram-se engajadas, revelando nessas mulheres traços de uma estrutura oligárquica, que evidencia até aspectos de negação com relação a sua valorização como política e de passividade diante da função da mulher pública.

“Não dou muito valor a mulher, não, principalmente prefeita, governadora...essas coisas, eu dou mais a deputada.(...)”
 “Atualmente, eu exerço a função como vereadora, só socialmente.”

As afirmações mencionadas justificam o conceito machista existente ainda na política local e absorvido por essas mulheres, provavelmente fruto de uma cultura dominante, onde a mulher não tem a liberdade de formar opinião e direcionar seus projetos de vida tornando-as passiva como representante do povo, no contexto de atuar ativamente no legislativo ou no executivo, como membro de uma sociedade que apresenta uma diminuição no crescimento econômico relevante, que necessita de representantes com consciência política de inovação e de democracia.

“(...) as mulheres que são vereadoras...a gente nas reuniões, nós não fazemos discussões, não levamos projetos, assim fazer um trabalho, discutir.(...)”

O conceito de democracia⁴² que elas revelam, é estruturado em uma participação de espectador dos acontecimentos sócio-políticos, sem participar do processo democrático de lutar por direitos e deveres do cidadão. Porém para algumas entrevistadas, o processo democrático existe dentro dessa estrutura política, não atribuindo nenhum caráter dominante na cidade e não sendo identificado qualquer tipo de perseguição ou privilégios.

“(...) Não me sinto ligada a grupo dominante não. Acho um grupo muito democrático.(...) Pode acreditar que nós estamos vivendo aqui numa democracia muito grande; eu não tenho perseguição com ninguém...(...)”

⁴² Entende-se por democracia o regime político que baseia-se nos princípios de soberania popular.

? *Bibliografia?*

A atuação da mulher acariense na política, enfocando a questão feminina passa distante dos ideais feministas, defendidos por Nisia Floresta, Bertha Lutz e outras mulheres que lutaram pela igualdade entre os sexos e os mesmos direitos políticos e civis.

A falta de iniciativa política, a relação de dependência com as estruturas políticas dominantes locais (revelando semelhanças com o coronelismo), inculta na mulher um conceito machista, em que são conscientes dos preconceitos existentes dentro da estrutura local, mas não sentem diretamente por estarem engajadas e servirem de instrumento de manipulação, no “jogo sujo” da política. No entanto, transferem um preconceito de ordem pessoal. Embora revelem a consciência da diferença entre a política realizada pelo homem e da realizada pela mulher, quando explicitam características da mulher, que beneficiam a articulação política, na satisfação dos privilégios, que a política proporciona.

“Eu acho mais que até a forma da gente agir, de conversar, o modo de tratar, talvez... a gente, nós consiga coisa mais fácil do que o próprio homem, temos tolerância....(...)”

“(...) a política tem muito jogo sujo, e as mulheres geralmente não tem muito....tato de jogar esse jogo sujo.”

Engajadas em grupos com todas as características da política machista, onde servem de instrumento de conciliação e de uma sociedade também tradicionalmente presa a uma cultura onde a mulher tem um papel mais passivo, as mulheres políticas do Acari, por questões de conveniência não relutam ao preconceito existente contra a mulher como gênero, embora sintam, em alguns momentos, a discriminação e revistam-se de uma submissão pré-existente para permanecerem na estrutura política local, aceitando as condições de inferioridade a que são submetidas, chegando até a interferir no desempenho político como representante.

“Onde tem seis homens, uma mulher não pode ser presidente.” Então isso me chocou bastante, e isso foi, eu acredito, que me prejudicou ..., eu tinha pensamentos de progredir muito na política.(...)”

“Eu não voto, porque é mulher”, “Mulher não administra, mulher não sabe administrar”.

Outro fato interessante revelado pela maioria das entrevistadas é a forma como realizam a campanha eleitoral, apresentando características diferentemente dos homens, pois encontram grande dificuldades quando é necessário a presença delas no palanque para comícios e pronunciamentos,

preferindo a visita às famílias, o contato com o povo e algumas revelaram, com um certo despreendimento, não terem pedido voto, nem ter realizado qualquer tipo de movimentação na procura do eleitor.

“(...)Nunca subi, em comício, nada, nada, nada. Quem votou, votou espontaneamente, sem eu pedir.”

“(...)Eu não subia em cima de palanque...eu não era de fazer discurso.(...)”

As mulheres do Acari, que ocuparam e ocupam cargos eletivos, não apresentam mediante as entrevistas realizadas, e as pesquisas feitas aos arquivos da Câmara Municipal, nenhuma preocupação com a questão de gênero, como também a consciência presente do feminismo, mostrando serem ainda ligadas fortemente às estruturas políticas que dominam o cenário político e que tem na figura do homem, todo o sustentáculo para o seu desempenho.

Ao serem questionadas sobre as pretensões políticas, a maioria foi categórica em afirmar que desistiram da vida pública, por sentirem-se frustradas e decepcionadas, diante da conjuntura a que eram vinculadas. As que ainda permanecem, revelam não terem mais anseios para continuar por expressarem e sentirem as dificuldades que passam durante o desempenho do mandato.

6. CONCLUSÃO

A atuação da mulher na política do Acari, como representante pública no exercício de mandatos conferidos através de eleições diretas, inicia-se no ano de 1962, quando é eleita Antônia Pires Galvão. Essa participação sofre de início dificuldades, ao ter Antônia solicitado renúncia do mandato; segundo a própria. Nas eleições seguintes, o entrave ocorre devido as restrições da mulher e de toda a sociedade brasileira em participar da vida política do país, decorrentes do regime ditatorial implantado com o golpe militar de 1964. Retoma em 1972, a figurar em cargos no legislativo municipal, e na seqüência em todas as eleições municipais do recorte temporal estudado; chegando nas eleições de 1996 a ocupar o executivo municipal.

As mulheres envolvidas na política do Acari, são de pessoas ligadas a grupos políticos dominantes, que sentem ainda a força das estruturas coronelísticas dominando a conjuntura política local, e por isso não desempenham seus mandatos com total segurança e liberdade política. Não houve engajamento através das lutas feministas ao procurar estabelecer uma diferenciação teórica à respeito de gênero, vendo a mulher como uma categoria, que procura ocupar seu espaço na sociedade, dando maior relevância a mulher, se valorizando.

Os principais motivos que as impulsionaram a seguir carreira política, perpassa por uma casualidade, revelando a inexistência de projeto político próprio e seguridade diante do papel da mulher na vida pública. A política realizada pelas mulheres do Acari, ocupantes de cargos eletivos, revela o diferencial com relação ao homem; quando procuram soluções para problemas sociais de maior prioridade na comunidade, mesmo se não ocorre um trabalho ligado especificamente à mulher como categoria, perpassando ainda toda a influência da cultura machista da região Nordeste, inculto no imaginário social.

Outro dado verificado no trabalho, é o sentimento de frustração e decepção com a política, levando-as a abandonarem e desistirem de uma carreira política própria; por sentirem a força da dominação de grupos que com "jogadas políticas", continuam controlando o cenário local e inibindo com perseguição e exclusão, qualquer tentativa de modificar a estrutura política e social, sedimentadas nas velhas oligarquias dos coronéis.

A socióloga Eva Alterman Blay, ao realizar um estudo sobre "As Prefeitas" (1981), define a categoria de Prefeita Esposa para a mulher política que repassa o poder do homem e ocupa cargos políticos, no sentido de dar continuidade a estrutura política a que pertence suas famílias ou grupos: sendo utilizada como instrumento de continuação de uma estrutura oligárquica formada sem ligações com a questão da mulher como categoria de gênero e multiplicadora de um pensamento machista,

ocupando esses cargos por conveniência. Assim, diante do trabalho realizado, pode-se enquadrar as mulheres da cidade do Acari, que ocuparam e ainda ocupam cargos eletivos no período delimitado ao estudo, na denominação estabelecida pela socióloga Eva Alterman Blay, como **Prefeitas Esposas**, dentro da conjuntura política local; incluindo nessa denominação, as vereadoras.

7. FONTES E BIBLIOGRAFIA

7.1. Fontes Documentais

Home Page <http://intranet.tre-m-gov.br>. Mulher.

Home Page <http://intranet.tre-m-gov.br>. Eleições96.

IDEMA (Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente). INFORMATIVO MUNICIPAL:

ACARI, 1998.

Jornal A República de 27 de agosto de 1927. Natal - RN.

Jornal do Seridó de janeiro de 1992. Caicó - RN.

Livro de Atas nº 04 da Câmara Municipal do Acari - RN.

Livro de Posse nº 01 do Cartório Eleitoral do Acari - RN.

7.2. Fontes Orais

Adaltiva de Medeiros Silva - candidata a prefeita (eleições 1996)

Antônia Pires Galvão de Góes - primeira vereadora do Acari - RN

Auda Cunha Dantas - ex. vereadora

Audete de Araújo Neves - vereadora

Fátima Maria de Medeiros - vereadora

Francisca Pires Galvão - ex-vereadora

Maria Salésia Fernandes - primeira prefeita

(galvão?)

Eva A. Blay?

7.3. Bibliografia

BARROSO, Carmem. Mulher, sociedade e Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense: UNICEF, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. Acari, Currais Novos e Caicó. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série B, Número 1072, 1991.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: vida e obra. Natal: Universitária, 1995.

FELIPE, José Lacerda A. CARVALHO, Edilson Alves de. Atlas escolar do Rio Grande do Norte. João Pessoa: Grafset, 1999.

FERNANDES, José Pires, BEZERRA, Luiz Gonzaga Meira. Relembrando o passado: Acari-RN. Niterói: Zoomgraf-K, [s.d]

✗ FRANÇA, Júnia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 4ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994.

GRILO, Maria Simonetti Gadelha. Buscando a luz sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta. Natal: Clima, 1989.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas - 1850-1937, São Paulo: Brasiliense, 1981

✗ HUBMER, Maria Martha. Guia para elaboração de Monografias e Projetos de dissertação de Mestrado e Doutorado. São Paulo: Mackenzie, 1998.

IPEA - DIPES. Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez - cartilha para mulheres candidatas a vereadoras - 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

LAMARTINE, Thazia Maria (Org). Juvenal Lamartine e o voto feminino. IN: Juvenal Lamartine de Faria: 1874-1956. Rio de Janeiro: Lord, 1994.

MIRANDA, Ana. Ser mulher. In: Veja 25 anos: reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993.p.127 -133.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira - direitos políticos e civis. 3ª ed. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. Acari: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SEGATTO, José Antônio (Coord). A participação da mulher na sociedade brasileira. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, 1987.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. IN: SAMARA, Eni de Mesquita et al. Gênero em debate - trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.p. 53 - 82.

_____. História das mulheres. IN: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (Org). Domínios da História: ensaios de teoria metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p. 275 - 296.

SOUZA, Heloisa Maria Galvão Pinheiro de. Luísa Alzira Teixeira Soriano - Primeira mulher eleita prefeita na América Latina. Natal: CCHLA, 1993.

8. ANEXOS

Anexo 01

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ACARI¹

Alistamento eleitoral. A senhorita Marta de Medeiros, diplomada pela Escola Doméstica de Natal, requer a sua inclusão no alistamento eleitoral do município de Acari.

Despacho --- Vistos, etc. --- A senhorita Marta de Medeiros, com 24 anos de idade, natural deste Estado, filha legítima de Joaquim Paulino de Medeiros, solteira, professora particular, residente no sítio "Rajada", deste município, exibindo os documentos de fls. a fls., requer a sua inclusão no alistamento eleitoral.

O sufrágio feminino tem agitado a imprensa e os parlamentos dos povos mais cultos do mundo, e já foi adotado pela legislação de quase todas as nações civilizadas. As mulheres exercem direitos eleitorais em trinta e nove países.

Na Europa, quem primeiro agitou no seio de uma assembléia legislativa o voto das mulheres foi o grande Stuart Mill, que, pleiteando essa medida, exclamava em pleno parlamento inglês: "É necessário dar a essas escravas uma proteção legal, porque nós sabemos muito bem qual a proteção que os escravos podem esperar quando as leis são feitas pelos senhores".

Para os antigos a missão da mulher era toda obediência, passividade, sacrifício.

Era a submissão incondicional, era um ente secundário e cujo único destino se encarnava na maternidade. A mulher não tinha direitos. Era um animal inferior e desprezível, tendo apenas deveres, os mais rudes, os mais dolorosos, os mais humilhantes.

Atualmente, porém, a mulher desempenha dentro das repartições, dos ministérios as mesmas funções que os homens.

A lei eleitoral veda acesso político às mulheres ? pergunta Augusto de Lima, deputado federal pelo Estado de Minas Gerais.

Absolutamente não, responde o mesmo deputado, se o vedasse, infringiria a Constituição, que não o veda, nem o poderia vedar, porque é uma Constituição democrática.

A lei eleitoral, copiando a Constituição, concede o direito de voto aos "cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos, excetuados: 1º os analfabetos; 2º os mendigos; 3º as praças de "pret"; 4º os

¹ Despacho do Juiz Eleitoral do Acari, concedendo a senhorita Marta Maria de Medeiros o direito de inclusão no alistamento eleitoral, transcrito de RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira - direitos políticos e civis. 1993.p.245-248.

religiosos de ordens monásticas e outros, sujeitos a votos de obediência ou outra qualquer renúncia ou restrição de liberdade”.

Os cidadãos brasileiros, portanto, maiores de 21 anos, que não estiverem capitulados nessas restrições proibitivas são alistáveis, como eleitores, e juiz nenhum pode, sem prevaricar, denegar-lhes o direito de inscrição, diz Augusto de Lima.

As mulheres são cidadãs brasileiras ? pergunta o mesmo deputado.

Se não o fossem, seriam estrangeiras, mas pertencentes a que país ? interroga Augusto de Lima.

A Constituição é clara e explica: São considerados cidadãos brasileiros: a) os nascidos no Brasil.

As mulheres nascidas no Brasil são, pois, cidadãs brasileiras; e, desde que não sejam incluídas em nenhuma das exceções que privam os cidadãos brasileiros do exercício do voto, não se pode deixar de reconhecer-lhes o direito de alistar-se eleitor.

Ouçamos, agora, a opinião do Dr. Tito Fulgêncio.

Este escritor, em seu livro “Carteirinha do Alistando e do Eleitor”, assim se expressa: “O que é da verdade a mais verdadeira é que o direito de se inscrever as mulheres entre os que formam o corpo de eleitores do país está rigidamente garantido no texto expresso na Constituição: cidadãs são elas e, está escrito no artigo 69 da Constituição, tanto que exerçam direitos políticos, participando aos olhos de toda gente no exercício de funções públicas, e desde que saibam ler e escrever, e não sejam mendigas, nem praças de “pret”, nem religiosas com voto de obediência, eleitoras são, e assim o diz e manda o preceito iniludível do artigo 70 da Lei Fundamental. O Juiz brasileiro, continua Tito Fulgêncio, que me verdade o queira ser, não exclui, não cerceia, não restringe direitos, senão quando isso lhe é soado aos ouvidos pelo teor da lei, pela sua expressão verbal.

Por argumentos, por sutilezas, por conveniências...isso não, que é forma específica de degeneração de justiça”. “Se a lei quisesse excluir a mulher do sufrágio político o teria expressado, do mesmo modo que do expressou quanto aos analfabetos, às praças de “pret”, mendigos e religiosos.”

Demais, é princípio imutável de interpretação jurídica que um direito não se restringe por indução, conforme afirma o senador Juvenal Lamartine, em sua “Plataforma”, e mesmo porque *ubi lex non distinguit, nec interpres distinguere potest*”.

Não há motivo para se recusar à mulher o direito do voto.

A história de todos os povos e de épocas, lida atenciosamente, encerra, em cada página, a eloqüência de um vulto feminino. A mulher foi sempre a inspiradora do homem: teve sempre uma influência incontestável nos assuntos políticos e sociais.

Desde Catarina Paraguassu, auxiliando com eficiência a aproximação das duas raças; Clara Camarão e D. Maria de Souza, as protagonistas da restauração de Pernambuco; Bárbara Heliodora, que tudo sacrificou pelo dever e pela virtude, tomando parte saliente na Conjuração Mineira; Anita Garibaldi, no Rio Grande do Sul, fazendo quase toda a campanha da “Guerra dos Farrapos”; d. Ana Nery, a valorosa baiana, constituindo-se enfermeira nos campos de batalha da guerra do Paraguai, D. Rosa da Fonseca, içando a bandeira nacional na frente de sua casa para festejar a vitória de Itororó, na qual sucumbira o seu filho Eduardo, até Bertha Lutz, que representa no Brasil a mais alta expressão do feminismo, batendo-se desassombadamente pela emancipação política do sexo feminino, a mulher tem dado sempre provas irrefragáveis de seu valor intelectual no seio da sociedade brasileira, onde tem sido representada com brilhantismo no magistério, na literatura, no jornalismo, no comércio, na lavoura, na burocracia, na medicina, na engenharia, na advocacia, na pintura e na música.

Num regime democrático como é o nosso, diz o senador Juvenal Lamartine, é absurdo que se prive metade da população brasileira de exercer os seus direitos políticos, quando a mulher vem colaborando em todas as resoluções do país, agindo pela palavra, pela pena, em um esforço constante e dedicado para que se efetuem as grandes aspirações coletivas.

Isto posto: e,

Considerando que o artigo 77 da lei nº 660, de 25 de outubro do corrente ano, que regula o serviço eleitoral do Estado, estatui que no “ Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei.”

Considerando que, segundo prescreve o artigo 7º do Decreto nº 17.627, de 10 de Novembro de 1926, o requerimento para o fim de alistamento deve ser instruído com a prova de idade maior de 21 anos, renda que assegure a subsistência e residência no Município pelo prazo de quatro meses ininterruptos;

Considerando que a requerente provou a idade maior de 21 anos com a certidão extraída do registro civil e exibida a fls., a renda e residência com os documentos de fls. a fls., estando as firmas dos mesmos devidamente reconhecidas por tabelião público, conforme exige o § 4º, letra D, do artigo 7º do referido decreto;

Considerando o que fica expendido e o mais dos autos;

Defiro o requerimento de D. Marta Maria de Medeiros, e mando que se lhe inclua o nome no alistamento eleitoral deste Município, expedindo-se-lhe o competente título.

Sem custas.

Acari, 10 de dezembro de 1927.

João Francisco Dantas Salles.

Anexo 02

ENTREVISTA

Adaltiva de Medeiros Silva, natural de Acari-RN, nascida no dia 24-02-1950, filha de José Saturnino Pereira de Medeiros e Maria Beatriz Pereira de Medeiros. Casada, é pedagoga com habilitação em administração escolar e prática de ensino. Funcionária pública federal aposentada e funcionária pública estadual em exercício. Foi filiada ao PDS (Partido Democrático Social) e é filiada ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), pelo qual saiu candidata a prefeita nas eleições de 1996 em Acari-RN.

Foi realizada a entrevista no dia 05 de junho de 1999, aproximadamente às 15:00h em sua residência, com uma duração de 05:00 minutos, por Riccelli de Araújo Medeiros.

Antes da entrevista, Adaltiva preferiu conversar tudo a respeito da política e da sua participação. Mostrou muita segurança ao responder as perguntas, evidenciando-se uma formação intelectual salutar.

1. Como iniciou sua vida política ?

Adaltiva: Por acaso, né ! Não tinha nem assim uma pretensão de me candidatar e...fui participar da convenção do PMDB, né, no qual eu sou filiada. E lá surgiu o convite para sair candidata a vice e eu aceitei. Achei que até poderia ter um projeto político que pudesse desenvolver no município e fazer alguma coisa pelo povo da minha cidade.

2. A senhora está ligada a algum grupo político dominante ?

Adaltiva: Infelizmente (ênfase) maiúsculo, eu ainda sou filiada ao PMDB.

3. E qual a estrutura deste partido na cidade do Acari ?

Adaltiva: Hoje, eu vejo o PMDB em Acari, reduzido a um pequeno grupo, que a cada dia se subdivide, certo ? Eu não vejo assim, nenhuma perspectiva desse grupo crescer, é...um grupo desunido, e um grupo que tem pouco a oferecer para o povo de Acari.

4. Ao sair em campanha, o que a senhora apresentava como proposta ao eleitorado ?

Adaltiva: Olha! A primeira coisa que eu fiz quando saí candidata, foi elaborar um plano de governo, e para muitas pessoas eu sonhava alto. Mas eu acho que era o que eu coloquei no papel, no discurso, era possível de ser realizado e...melhorar as condições sócio-econômicas e culturais do povo de Acari.

5. O fato de ser mulher lhe causou algum problema ?

Adaltiva: Não!, nunca...nem só durante a campanha...eu acho que eu até tenho muito orgulho, sou muito convencida de ser mulher, porque eu acho que a mulher, ela tem tudo pra ser uma pessoa

igual aos homens e realizar os seus projetos sem nenhuma decepção e sem se...sem...ter baixo estima porque é mulher.

6. A senhora acredita que existe diferenças na política feita por homens e na política feita por mulheres ?

Adaltiva: Existe! A mulher é mais...sensível aos problemas sócio-culturais, a mulher, ela é mais inteligente, a mulher é mais sensata. E eu acho que a mulher é até mais sincera do que o homem. E a política tem muito jogo sujo, e as mulheres geralmente não tem muito...tato de jogar esse jogo sujo.

7. Que pretensões políticas para as próximas eleições municipais ?

Adaltiva: Olha! A política na minha vida, é uma página na minha história, que eu revirei e não quero rever nunca mais.

8. A falar que a política é uma “página virada”, não acredita está se anulando como cidadã, que poderia dar uma contribuição para a sociedade em que vive ?

Adaltiva: Não! Até porque eu acho que eu posso dar a minha contribuição como cidadã em outro segmento. Por exemplo, na educação. Eu acho que na educação, eu farei a minha atividade política. Não a partidária, mas aquela política...sei lá...cultural, educacional, que vai ser bem mais útil ao jovem, ao adolescente, numa vida futura, do que investir num projeto político partidário. Principalmente numa cidade do interior, onde as pessoas não são politizadas (ênfase), onde se vota em troca de uma receita médica, e eu acho que eu seria bem mais importante nesse processo de informação, trabalhando é... na educação.

Anexo 03

ENTREVISTA

Antônia Pires Galvão de Góes (Antonieta), natural de Acari-RN, nascida no dia 13-06-1931, filha de Leônidas Pires Galvão e Tereza Alice Galvão. Viúva, concluiu a nível de 3º grau os cursos de Contabilidade e Estudos Sociais e é funcionária pública federal, aposentada. Foi filiada ao PSD (Partido Social Democrata), pelo qual foi candidata a vereadora nas eleições de 1962 em Acari, sendo eleita a primeira vereadora do município. Antônia Pires desistiu do mandato por razões particulares e diz não ter sofrido nenhum preconceito na época, por ser mulher.

A entrevista foi realizada no dia 05 de junho de 1999, por volta das 19:00h em sua residência, na cidade de Cruzeta-RN, com uma duração de 06:00 minutos, por Riccelli de Araújo Medeiros.

No decorrer da entrevista, a senhora Antônia Pires, demonstrou sinais de apreensão, como também falhas na memória, provavelmente decorrentes da idade um pouco avançada. Estava preocupada com as perguntas, e a necessidade de preservar o seu anonimato. Ela exerceu a função de primeira dama na cidade de Cruzeta por duas vezes, e diz ter sido bastante atuante.

1. Como surgiu a sua candidatura para o cargo de vereadora ?

Antônia: Eu acredito que foi de dona Mônica... foi dona Mônica que pediu pra eu ser candidata em virtude de haver muitos operários em Gargalheiras e naquele tempo eu era mais ou menos..., tinha algumas funções bem elevadas no feitio daquele açude, não sabe ? Mil pessoas, trinta que batiam comigo, quarenta, eu era , eu era a dona do dinheiro! (risos). Eu era a parte de tesouraria, não sabe ? Tudo que fosse dinheiro. É essas coisas eram comigo e operários também, né ! Então foi mais fácil eu pedir. Dona Mônica foi..., adquiriu muitos votos e você sabe ? Dona Mônica era a mulher do dinheiro, né ? E eu nada. Mas assim mesmo. Ela pediu...não quis aceitar, né ? E eu tive o suficiente.

2. Durante a campanha eleitoral a senhora discursava em praça pública ?

Antônia: Nada. Nunca subi, em comício, nada, nada, nada. Quem votou, votou espontaneamente, sem eu pedir. (ênfase)

3. Na Câmara Municipal, consta que a senhora é perdeu o mandato. Como aconteceu esse fato ?

Antônia: Olha ! Eu deixei o mandato, eu deixei porque eu havia me casado . Eu me casei, não sabe ? Então estava gestante da primeira filha, que é Dolores, não sabe ? E eu não agüentava sair daqui, pra ir uma, pronto! Foi por isso, eu me afastei, pedi minha demissão, espontaneamente.

4. Na época o vereador era remunerado, recebia algum salário ?

Antônia: Não, não me lembro de ter recebido nada. Não era não, se tinha era uma coisa tão pequena que não dava nem pra gente ver.

5. O fato de ser mulher lhe causou algum problema ?

Antônia: Não! Que eu saiba não! Houve não! De jeito nenhum! Eu era a única vereadora (mulher) nas sessões. Eles todos me toleravam. O que eu via e eu tolerava a todos, a maioria meus parentes, (griffo meu) e fui muito bem. Agora não sei porque, justamente no dia que nasceu minha...meu primeiro filho, que foi Maria Dolores, tinha uma reunião, eu não pude ir, aí eu não gosto de dar massada e pedi minha exoneração.

6. A senhora acredita que existe diferenças na política feita por homens e na política feita por mulheres ?

Antônia: Demais ! (risos) Porque o homem gosta mais de adquirir as coisas, ficar pra ele, é mais...eu acho...e a mulher é mais humilde, né ? Quando a mulher aparece como política é porque tem alguma coisa a ..., assim um...(me ajude aí, que eu não sei dizer !) é bastante...é ...aceita fazer caridade, é muito diferente do homem. Não escute o que vou dizer não, que se fosse pra trocar idéias, tem uns que sabem mais, mas não. Porque naquela época, era quase um tipo de caridade, sabe ?, ser candidato.

7. A senhora disse que sua renúncia foi uma opção pessoal. A senhora não sentiu nenhum tipo de perseguição política ?

Antônia: De maneira alguma. Não senti nenhuma perseguição política. Foi espontaneamente.(ênfase) Lamento, porque no dia, a minha última...saída de lá foi ...eu assisti. Particpei da reunião e a noite descansei (parto). Aí eu achei que aquilo já pra frente eu não podia fazer como eu queria, que eu gostaria... até o final. Foi por questão minha, só, só. Ninguém disse nada.

8. Então até o seu casamento, a senhora tinha uma participação ativa na Câmara ?

Antônia: Tinha participação ativa. Viam me buscar, eu morava em Acari nesse tempo, né ! Mais aí, eu vi mesmo que não estava participando bem daquela maneira, sabe ? Não, não vou a reunião porque estou gestante. Não, porque descansei. Eu achei que era justo mesmo eu me afastar. Não foi política, não.

Anexo 04
ENTREVISTA

Auda Cunha Dantas, natural do Acari-RN, nascida no dia 16-11-1950, filha de Antônio Medeiros Costa. Casada, é pedagoga, com habilitação em administração escolar. Funcionária pública estadual em exercício. Foi filiada ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), pelo qual exerceu seu mandato de vereadora no período de 1977 a 1982. Depois filiou-se ao PDS (Partido Democrático Social) e hoje é filiada ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A entrevista foi realizada no dia 05 de junho de 1999, por volta das 9:00h, na residência de seus pais, por Riccelli de Araújo Medeiros.

A entrevistada de início relutou em conceder a entrevista, mostrando insegurança e um certo nervosismo ao responder as perguntas, podendo-se observar claramente na sua dicção.

1. Como iniciou sua vida política ?

Auda: É ... iniciou, eu não tinha nem assim, jeito pra política né? Mas incentivo de, aqui de meus pais; então me botaram como candidata a vereadora, né? E eu fui pra luta, eu não subia em cima de palanque, nada, sabe?, eu só...é...conversando com o povo, mas eu não era de fazer discurso, ai pronto. Ai fui candidata e venci.

2. A senhora acredita que desempenhou o seu papel de representante do povo, conforme os anseios da população ?

Auda: Olha, o seguinte! Não desenvolvi pelo seguinte, porque nessa época, o prefeito então, ele não tinha como a gente, não tinha...nós não tínhamos com o que.. e projetos, nada.. nem, nem um vereador. Esse ele aceitava um projeto (existia um vereador, segundo a mesma com tratamento privilegiado). Sempre quando ia pra o, o... prefeito ele vetava, porque, porque, ele...ele só... a ... a ... nos seis anos de mandato dele.

3. Na época a senhora estava ligada a algum grupo político dominante na cidade ?

Auda: Ao do MDB. O de dona Mônica, eu era do MDB mesmo eu (o mesmo que eu)... o ... o ... Agora, só que o prefeito era do outro partido, né, ARENA, eu era oposição.

4. E como era a estrutura desse grupo que era oposição ao governo municipal da época ?

Auda: Sempre foi liderada por dona Mônica. Ela era uma pessoa que... que ela, quer dizer foi uma liderança muito na cidade. Depois ela perdeu a campanha, né, então ela foi embora. Então a ... a ... liderança era bem menos, né, a liderança maior era do prefeito, né, a oposição não tinha uma liderança como a do prefeito, mas tinha as pessoas, os líderes da cidade.

5. A que classe social ou grupos sociais a senhora acreditava ser representante ?

Auda: A comunidade geral... Eu não tinha... não era assim, vamos dizer... saúde , educação, isso era comunidade em geral.

6. E quando a senhora saiu em campanha, o que a senhora apresentava como proposta para o seu eleitorado ?

Auda: É. O melhor, o melhor, o melhoramento, né, Como eu disse a você, é ... nessa época não existia como hoje, a saúde é 100%, né, aqui na nossa cidade, é ... Naquela época, não era, né, a educação, também que sempre o prefeito desempenhou bem a educação sempre fazendo prédios e tudo nas escolas. Mas, só que é como eu costumo dizer foi um governo de seis anos, um governo muito, eu sei lá, ele fazia coisas pra ele, ele não fez nada e nós enviávamos esses projetos, só que não era aprovado; nesses seis anos nada foi pra frente, nada. (ênfase)

7. O fato de ser mulher lhe causou algum problema ?

Auda: Não! Nenhum, nenhum... Não encontrei nenhum preconceito, não. Ao contrário, foi acho que a partir dessa época que, que... eram duas mulheres, então acho que, que mais falava era eu e Chiquinha (Francisca Pires - vereadora), né. Mas, não tinha nenhum preconceito, não.

8. Como era a participação de vocês (mulheres) na Câmara de Vereadores ?

Auda: Tinha participação, era quem mais falava.

9. A senhora acredita que existe diferenças na política feita por homens e na política feita por mulheres ?

Auda: Acho. Eu acho que... a política por homem, eu acho que tem mais punho, entendeu é diferente, eu sou mulher , mas acho que o ... o ... homem é o homem. Na política tem mais punho, sabe? Na minha época, principalmente, hoje eu ainda acho. Não dou muito valor a mulher, não, principalmente prefeita, governadora... essas coisas, eu dou mais a deputada. (griffo meu) Tudo bem, mas eu acho que o homem tem mais (punho), é duro, as decisões são melhores do que as mulheres, eu acho.

Anexo 05
ENTREVISTA

Audete de Araújo Neves, natural de Janduí-RN, nascida no dia 19-08-1953, filha de José Eutímio Dantas e Antônia Bezerra de Araújo. Casada, concluiu o 2º grau a nível de Técnico em Contabilidade e é auxiliar de enfermagem (parteira). Foi filiada ao PFL (Partido da Frente Liberal) em 1986. Atualmente exerce o terceiro mandato consecutivo.

A entrevista foi realizada no dia 04 de junho de 1999, no Hospital Maternidade de Acari, aproximadamente por volta das 21:00h, por Riccelli de Araújo Medeiros, com uma duração de 11 minutos e 23 segundos.

A entrevistada mostrou-se interessada em responder as questões, porém apresentava uma certa ansiedade.

1. Como iniciou a sua vida política?

Audete: Iniciei a minha vida política a convite de Dr. José Fernandes que me convidou a me candidatar a vereadora, mas ... foi através do meu trabalho aqui no hospital Maternidade, né, então eu fui e me candidatei e consegui me eleger com 332 votos. Eu sou filiada ao PFL, na primeira eleição eu obtive 332 votos.

2. Então o que a fez ou quem a fez candidatar-se ao cargo de vereadora?

Audete: Quem me convidou a sair candidata foi o médico Dr. José Fernandes Neto que na época ele foi candidato a prefeito, juntamente com Dr. Juarez Bezerra de Medeiros. Em 1988, que ai foi de 1989 à 1992.

3. A senhora acredita que nos mandatos anteriores desempenhou seu papel de representante do povo conforme o povo esperava?

Audete: Acho que sim, porque... até porque eu fiz muitas solicitações ao prefeito, requerimentos, ofícios e fui atendida e também eu exerço um trabalho com a população, através de ajuda financeira, que no primeiro eu tinha mais condição de ajudar ao povo.

4. No mandato atual a senhora acha que está conseguindo desempenhar o papel como o povo espera?

Audete: Não! Até porque eu nem faço, nem solicitações de requerimento, porque eu vejo a dificuldade da prefeitura e não adianta também eu... eu fazer vários requerimentos e ofícios e não ser atendida, porque eu fiz... até neste mandato agora só fiz dois... duas solicitações a prefeita, uma foi uma adesão de desobstrução de uma avenida que dá acesso a rua Félix Pereira, e não fui atendida, até entrei com requerimento na Câmara, né, pra ser votado, eu enviei verbal, solicitei da mesa diretora e foi enviado, mas não tive nenhuma resposta, então não fui atendida e atualmente eu exerço

a função como vereadora, só socialmente (griffo meu). Eu exerço aqui a função de auxiliar de enfermagem... ai eu atendo assim as pessoas. Eu faço um trabalho com o povo, mas sobre enviar requerimento, solicitações, projetos de leis a prefeita, no período deste mandato eu não estou solicitando.

5. A senhora está ligada há algum grupo político dominante na cidade?

Audete: É... Eu continuo ligada a situação, né,...desse grupo mesmo.

6. Esse grupo político é liderado por quem?

Audete: É pela administração, né, pelo poder executivo, porque eu sou do PFL e continuo no mesmo partido, então eu sou ligada a este grupo, até eu acho assim que nunca vou mudar de partido.

7. Como é que a senhora vê a estrutura, a organização do seu partido?

Audete: É eu acho bem organizado, né, através de reuniões e também a administração da prefeita, né, eu acho que esse grupo se relaciona muito bem.

8. Qual a classe ou grupo social a senhora acredita ser representante?

Audete: Eu acho particularmente que apenas na saúde, né, que eu exerço aqui a profissão de enfermagem desde 1977 e sempre eu sou procurada pelas pessoas pra fazer atendimento domiciliar e quando mim procuram eu só não atendo quando não tenho condições, né, de mim deslocar, às vezes estou de plantão,... muitas vezes deixo o plantão e vou imediatamente atender as pessoas, eu faço tudo pra quê não...deixe de atender a essas pessoas que me procuram, isto é, as pessoas mais humilde da cidade são quem mais mim procuram.

9. Ao sair em campanha o que a senhora apresentava como propostas para o eleitorado, para o povo?

Audete: Bem, sempre eu conversava com os eleitores, dizia que sempre ia conversar com o executivo, né, solicitar aumento, né, pra o funcionalismo e..., também eu dizia que podia... assim ajudar no setor do meu trabalho, né, quando eles necessitassem de mim eu estava disposta a atender a qualquer hora do dia e da noite.

10. O fato de ser mulher lhe causou algum problema na vida política?

Audete: Não. Quanto a minha pessoa eu nunca recebi, assim críticas de dizerem que não iam votar, mas o pessoal sempre critica, né, as mulheres que são vereadoras, que a gente nas reuniões, nós não fazemos discussões, não levamos projetos, assim fazer um trabalho, discutir, eles ficam...pessoas que vão assistir as reuniões e acham que as mulheres são caladas, né, elas pouco falam...A gente não discute na hora da... de reuniões. Eu mesma, particularmente, às vezes eu discuto assim com vereadores, mas não na reunião.

11. A senhora não acha que o papel de vereadora é esse? Ir as reuniões para discutir e colocar propostas?

Audete: É o papel de vereador é esse mas muitas vezes não adianta, né, que somos da situação, discutimos com nossos colegas adversários, porque eles sempre querem ganhar nas discussões, então, eu acho melhor ficar muitas vezes até sem falar, sem discutir, até para que não aconteçam problemas com o colega da oposição.

12. Existir diferenças entre a política feita por homens e por mulheres?

Audete: Não, eu acho que a política feita por mulheres, aqui mesmo em Acari a prefeita Salésia Fernandes ela está fazendo uma boa administração, não acho que ela... que tem diferença entre as administrações anteriores...mas quanto as poder legislativo eu noto assim na Câmara uma diferença entre as mulheres e os homens. Os homens têm mais assuntos para discutirem, eles tem mais propostas que nós...nós não levamos assim muitas propostas, assim mais requerimentos...

13. A senhora acha que o papel de vereadora interferiu de alguma forma o seu papel de mãe e dona de casa?

Audete: Não acho que não interferiu, né, até porque... eu continuo, né, sendo mãe, dona de casa, né, eu dou mais assistência até assim em casa do que ir as reuniões, né, a Câmara, né, eu num vou constantemente a Câmara, vou mais as reuniões e continuo fazendo meu trabalho no Hospital Maternidade e em casa e também trabalhando também na Câmara.

14. E pretensões políticas, após o fim desse mandato no ano 2000, a senhora vai continuar na vida pública?

Audete: Não, eu acho que não irei continuar porque até por problemas de saúde, porque eu acho que pra pessoa ser vereadora tem que ter mais tempo para dar assistência ao povo para trabalhar, através da Câmara e eu não me acho em condições servir a três coisas a um só tempo, né, trabalhando aqui no Hospital Maternidade, que eu tive plantões de 24 horas e trabalhar em casa e na Câmara. Então acho particularmente que não estou dando bem... assistência ao povo como eu deveria dar, então por isso eu acho que não irei mais sair candidata na próxima campanha.

Anexo 06

ENTREVISTA

Fátima Maria de Medeiros, natural do Acari-RN, nascida no dia 24-12-1954, filha de Aprígio Anterio de Medeiros e Raimunda de Araújo Medeiros. Solteira, concluiu o 2º grau a nível de Técnico em Contabilidade e é funcionária pública estadual, além de ter desenvolvido durante alguns anos no município a atividade de auxiliar de enfermagem. Foi filiada a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ao PDS (Partido Democrático Social), pelo qual lançou-se candidata pela primeira vez em 1982. Atualmente exerce o quarto mandato consecutivo, sendo esses dois últimos pelo PL (Partido Liberal).

A entrevista foi realizada no dia 06 de junho de 1999, na residência de seus pais, aproximadamente por volta das 22:00h, por Riccelli de Araújo Medeiros, com uma duração de 10 minutos.

A entrevistada respondeu as perguntas de maneira bastante explicativas, mostrando segurança nas respostas.

1. Como iniciou sua vida política ?

Fátima: Minha vida política iniciou, através de um trabalho que eu tinha, é, na cidade de Acari, trabalhando como balconista em uma farmácia. Então mediante o trabalho que eu desenvolvi na farmácia, é... me tornei assim...uma pessoa confiável com o povo, é...chegando até a medicar, o pessoa. Porque na época nós em Acari, só tínhamos Dr. Odilon Guedes, aqui; um médico muito bom, mas ele como todos os acarienses sabem, ele era um médico que gostava de tomar um...uma bebida, ele gostava de beber. Então, que muitas vezes o pessoal tinha medo de ir pra ele, porque estava bêbado, então me procuravam para que eu medicasse, e eu com aquela já...aprendi inclusive é a prática com Das Dôres, que na época também era uma pessoa muito confiável em Cruzeta, tipo uma charlatona e eu com ela, trabalhando juntas, peguei tudo aquilo e fiquei trabalhando em Acari, também do mesmo jeito. O pessoal tinha uma confiança imensa em mim viu ? Adoeciam e vinham pra mim, então eu medicava; quando eu achava que era necessário ir ao médico, eu, eu, mandava para o médico e assim, com esse trabalho que tive que eu vinha fazendo, é adquirir muito crédito com o povo, e isso alguém lhe, alguém me chamou pra que eu fosse candidata na época quando era ARENA. Eu não era filiada ainda, porque na época, você tinha que se filiar, ser filiada no partido dois anos antes, pra poder ser candidata. Então, eu não era, então me filiei na ARENA, e aguardei pra campanha seguinte, possivelmente eu poderia sair candidata.

2. Então, quem ou o que a fez candidatar-se a cargos eletivos na cidade ?

Fátima: Bom ! Na época o líder político da minha facção da ARENA, era Silvino Bezerra Filho, conhecido como Bigodão. Então ele me convidou pra sair candidata a vereadora. Inclusive...depois eu fui chamada até a ser a candidata a vice-prefeita do candidato de Bezerra, que era Antenor Cabral. E eu achei que não deveria sair candidatar a vice e sim a vereadora, porque acho...achava eu que era um...mais, é...tinha mais certeza da vitória, como vereadora.

3. E nos mandatos anteriores, a senhora desempenhou seu papel como representante do povo, conforme os anseios da população ?

Fátima: Não, não vou dizer que desempenhei conforme o ...é...os anseios do povo, porque nunca agente consegue tudo, agente...cada um, eu acho o seguinte: cada um vereador tem sua meta, e a minha meta sempre foi na parte social, e sempre essa foi a minha área, apesar de que eu também me preocupei em agricultura, é nas outras áreas também, mas especialmente foi a parte social.

4. E o mandato atual, como está sendo o seu desempenho como vereadora ?

Fátima: Do mesmo jeito, é... o social é a minha base.

5. A senhora é ligada a algum grupo político dominante ?

Fátima: Sou ligada ao grupo da...da prefeita.

6. E qual é a estrutura desse grupo ?

Fátima: A estrutura? É uma estrutura que vem já a bastante tempo, uma estrutura de um grupo que vem trabalhando, desenvolvendo um trabalho muito bom em Acari. Eu acredito, eu...que a prova tá, que nós estamos ganhando as eleições todas, a ...de 1968 pra cá, este grupo vem dominando, então mostra que este grupo está bem.... trabalhando.

7. Na história da política local, sabe-se que o domínio desde 1968 pertencia as famílias Braz e Bezerra. Porém, hoje não se encontra mais a existência dessas famílias na liderança local, e outro líder político assumiu o controle da política da cidade. Como ocorreu essa partição política, e o surgimento dessa nova liderança ?

Fátima: Não ! o grupo Braz e Bezerra, sempre trabalharam juntos, mas na campanha de 1988 (deixa ver se eu lembro), 1988 não, 1982...na época, existia ainda o PDS 1 e PDS 2, que acontece, Silvino Bezerra Filho, era o prefeito, lançou o candidato. José Braz, da mesma facção política PDS, se lançou candidato. Então, ficou, Silvino Bezerra Filho com o seu candidato, que na época foi Fernando (sobrinho de Silvino Bezerra) do PDS 1 e José Braz Filho, do PDS 2. Foi aí aonde já dividiu este grupo, mas tudo dentro de uma facção política; pertencentes todas ao governo, que na época era José Agripino. Então daí, foi que partiu essa nossa facção, então depois José Braz passou para o PMDB e ficou. Nós permanecemos na...na facção política, no PDS que hoje não é mais PDS, é PFL, junto com o PL, que trabalhamos juntos.,

8. Então a que classe social, a senhora acredita ser representante ?

Fátima: Da...da classe mais humilde.

9. Ao sair em campanha, o que a senhora apresentava como proposta ao eleitorado ?

Fátima: Olha! Eu o que eu apresento ao eleitorado é continuar este trabalho que eu venho desenvolvendo na cidade de Acari, desde o início da minha campanha de 1982, sempre venho desenvolvendo um trabalho no social, com doentes, é...é...levo doentes pra cidades vizinhas, quando necessário, levo, tenho um trabalho de catarata a mais de cinco anos, levando para Natal, e envolvo outras coisas, mas o importante pra mim, é que na área da saúde eu sempre tenho ajudado a classe menos favorecidas.

10. O fato de ser mulher lhe causou algum problema ?

Fátima: Sim. Causou, causou e isso em acredito que me prejudicou muito, quando eu eleita em 1982, pela primeira vez, só tinha de mulher, a Câmara era composta de 7 vereadores, só tinha de mulher eu, inclusive na história política de Acari, hoje eu ainda sou a mais votada ainda, de todos. E pelo fato, pelo fato de ser mulher. No geral quando você é o mais votado já o pessoal já comenta vai ser a presidente da Câmara. Então, quando nossa facção se reuniu, lá na Câmara pra escolher o presidente, Plínio de Brito Dantas (vereador) falou assim: "Onde tem seis homens, uma mulher não pode ser presidente." Então isso me chocou bastante, e isso foi eu acredito, que me prejudicou muito, eu tinha muitos pensamentos de progredir muito na política. Mas me bloqueou, me fez perder o estímulo, eu continuei na política, mas sabe ?, eu poderia ter chegado mas além. Mas eu fiquei um pouco triste com isso, e isso me prejudicou.

11. A senhora acredita que existe diferenças na política feita por homens, da política feita por mulheres ?

Fátima: Existe ! Existe perfeitamente, é...eu vejo muito que as mulheres são mais honestas, mas cumpridoras das promessas, que elas prometem ao seu eleitorado, nas campanhas. O homem geralmente promete mais e faz menos.

12. Nessa última eleição para presidente da Câmara, foi cogitado mais uma vez o seu nome para presidente. O que a fez desistir do convite ? Já que a senhora seria a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Câmara ?

Fátima: Olha! Eu não queria nem, nem comentar isso, porque até eu me emociono. É você sabe, que toda Acari sabe, do que eu passei. Eu perdi a minha mãe (Silêncio), num sofrimento muito grande e eu fiquei sem condição, sabe eu, que não ia ter condição de desempenhar uma função realmente da responsabilidade, e não queria eu decepcionar; então preferi renunciar. Me chocou, me senti, eu senti bastante, porque seria eu a primeira mulher presidente na cidade do Acari, mas

mediante o que eu passei, com minha mãe, preferi renunciar; mas com certeza, Deus me dará outra coisa muito mais importante ainda.

13.E pretensões políticas para as próximas eleições ?

Fátima: Volto a ser candidata novamente, se Deus quiser; para o quinto mandato (consecutivo) e confio...em Deus que serei eleita, porque ainda continuo com o povo. É verdade que nesse período de doença da minha mãe, eu me afastei bastante do povo; mesmo depois do falecimento dela, eu ainda fiquei sem condição, mas lentamente eu estou voltando a meus trabalhos.

Anexo 07

ENTREVISTA

Francisca Pires Galvão, natural do Acari-RN, nascida no dia 30-03-1936, filha de João Rafael Dantas e Joana Petronila de Medeiros. Viúva, é proprietária de terras no município do Acari. Coursou até o 2º ano a nível de 2º grau, e diz ainda ter pretensões de formar-se em Direito. Foi eleita para vereadora pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no mandato de 1977 a 1982. É filiada ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A entrevista foi realizada no dia 06 de junho de 1999, aproximadamente às 09:00h na sua propriedade rural, com uma duração aproximada de 20 minutos, por Riccelli de Araújo Medeiros.

A entrevistada apresentou-se segura e disposta a responder as perguntas, possibilitando ao entrevistador liberdade para conduzir a entrevista.

1. Como a senhora iniciou a vida política?

Francisca: Bom dia, é um prazer está aqui conversando com você, falando sobre o meu mandato de vereadora, quando fui vereadora em Acari. Quero dizer que quando iniciei minha carreira política eu não tinha, assim, uma vontade, uma vocação política... Desejava muito trabalhar pelo povo. Já trabalhava este foi um legado que os meus pais me deixaram: de trabalhar e fazer o bem sem ver a quem, trabalhar pela pobreza do município. Então, indo para Acari em 1974, com um fim único dos meus filhos estudarem lá. Em 1976, quando precisei me deslocar da zona rural pra cidade, eu era professora municipal. Naquele tempo, o prefeito na cidade de Acari, no primeiro mandato era José Braz Filho...foi candidato único, quase perdia a eleição para o branco (voto branco), empenhamos na campanha dele, e foi ai que iniciei minha carreira política. Só que a primeira vez que iniciei, que me entusiasmei pela política me decepcionei. Por que, era professora do município e no final do ano, as professoras que precisavam se deslocar pra cidade com um fim único de colocar os filhos no colégio, naquele tempo não tinha transporte na zona rural e ele (prefeito José Braz) me negou (a transferência para uma escola na cidade). Quando pedi ele, disse que a secretária era Natércia, irmã dele, me disse que não tinha vaga pra mim. Então, fui falar com Zé Braz, ele me elogiava muito, que devia a campanha, por a eleição não ter sido nula a minha pessoa e então ele me deu um não também. Ai eu fui e tirei licença de seis meses e depois de mais três meses pra fazer uma operação (cirurgia)... ele me negou tudo a que tinha direito e começou a desafiar-me, a mim e a meu esposo, Toinho que gostava muito de política de militar. Ele foi candidato uma vez a vereador e ficou na suplência, mas ele começou a nos desafiar, dizendo que não tínhamos votos, não tínhamos liderança, essa coisa toda e eu me entusiasmei-me com aquilo de tanto sofre decepção e candidatei a vereadora

de Acari. Com o fim de trabalhar pelo povo (ênfase) mais necessitado e venci a campanha. Tive 354 votos, éramos três e eu era líder do partido do PMDB na Câmara de Vereadores de Acari... Na eleição de Bigodão, pela segunda vez Dr. Silvino Bezerra Filho se elegeu, mas nós éramos adversários, mas nos entendíamos... Lá na Câmara procurei sempre trabalhar por aqueles mais necessitados e tenho certeza que honrei o mandato que o povo me confiou... Dr. Silvino Bezerra apresentava projetos a favor do povo, eu estava ao lado dele e na ocasião que era o contrário eu estava contra e até no fim... final de tudo, vencendo todas, todas essas batalhas pesadas que a gente se decepciona na política, porque política, Riccelli, se diz que é dinâmica, que é dinamismo, mas é pra ser dinamismo mesmo, é dinâmica e tem dinâmica nela. Não existe mais isso o que vi na política de seis anos de vereadora em Acari, era só você procurando, pra você aceitar só porque lhe beneficiasse, tanto prefeito, vice-prefeito e vereadores... éramos sete vereadores, quatro era do governo e três éramos adversários, mas na Câmara de vereadores, tem a secretária por testemunhas, senhores vereadores, eles só faziam o que o prefeito queria. Certa vez, eu vou lhe contar um caso interessante em Acari, o prefeito, Dr. Silvino Bezerra, assim que se elegeu, a primeira coisa que ele fez foi demolir um patrimônio público, a casa que hoje é do juiz, aquela casa foi construída mesmo para o poder judiciário. Então eu frisei para o Sr. Presidente, José Severiano - o Zequinha, que o prefeito estava demolindo um prédio público, todos os quatros foram uníssono em responder que nós não tínhamos nada a ver com aquilo. Eu disse: mais minha gente, aquela casa é do povo, é público, é do poder público e nós não temos direito de... de dizer... Debatí muito, mas como nós éramos a minoria nada foi feito, resolvido. Bem, Dr. Bezerra constituiu uma... uma firma, contratou uma firma de Campina Grande para levantar a casa...(depois ele a chamou para fazer um discurso para convencer os vereadores do seu partido a aceitar a assinar um crédito suplementar para fazer um empréstimo bancário para terminar a reconstrução iniciada e que por alguns motivos relacionados com o prefeito foi suspensa e a fiscalização do Tribunal de Contas exigiu a conclusão da obra) mas, eu fiz um pronunciamento, mostrei tudo finalmente, todos foram unânimes em assinar e o crédito foi liberado e ele concluiu a casa. Então, a partir desse dia na política eu comecei cada vez mais a me decepcionar, mas sempre trabalhando, sempre lutando...

2. Além do desafio que o prefeito fez a senhora quanto a sua liderança na cidade, o que a impulsionou a entrar na carreira política?

Francisca: Com o fim único, como eu estou lhe dizendo, porque eu achava a política um dinamismo, o que não encontrei. Então, eu tinha uma vontade expressiva. Eu trabalhava pela pobreza e pelo nosso Acari das nossas tradições, tendo aquele desejo ardente de na Câmara poder apresentar projetos para o bem, para o engrandecimento do município de Acari e nossa cidade tão querida Acari.

3. A senhora acredita que durante o seu mandato desempenhou o seu papel de vereadora como o povo esperava?

Francisca: Acredito! Não me decepcionei! Até hoje lá na Câmara sempre sou lembrada e pelo povo e na cidade e na comunidade. Já recebi muitos convites pra voltar, mas não aceito mais, deixei a política por completo.

4. Na época em que era vereadora, a senhora era ligada a algum grupo dominante?

Francisca: Não! Sempre fui liberal, tomava as minhas decisões, sem consultar a quem quer que seja, viu!

5. A que classe social a senhora acreditava ser representante?

Francisca: A menos favorecida. A classe menos favorecida do Acari. É como eu disse a você, como não pudemos dizer aqueles menos favorecidos da sorte foi por quem eu mais batalhei e trabalhei.

6. Ao sair em campanha nas eleições o que a senhora apresentava como proposta ao eleitorado?

Francisca: Procurava mostrar na campanha, sempre procurei mostrar que na Câmara iria defender os direitos que nós tínhamos, que todos nós tínhamos e muito, principalmente o da zona rural. Eu também me liguei muito, procurei trabalhar pela zona rural, porque, Riccelli, nós não tínhamos estradas, nós não tínhamos poços era difícilimo você vê um prefeito ou através do governo abrir um poço tubular, e eu trabalhei em cima disso de poços tubulares, de estradas, de incentivos para a, olha eu tenho arrependimento, ainda ontem eu estava vendo nos meus arquivos que eu fui a primeira vereadora no Acari a pedir transporte para locomover, quando as crianças terminassem a 4ª série na zona rural, ter transporte para todo o município, para a cidade, para eles continuarem seus estudos, a concluírem o seu ginásio, 2º grau e muitos deles já estão na faculdade. Então foi isso, eu vi muito, eu me desdobrei muito pela zona rural: a ambulância para trazer e dar assistência, postos de saúde, tudo isso, todos os meus projetos foram voltados pra isso. Agora, também na cidade lavanderia pública. Quase todos, hoje, que hoje estão concluídos, feitos foram pedidos nossos para a cidade do Acari.

7. A senhora acredita que na época o fato de ser mulher lhe causou algum problema ou preconceito?

Francisca: Não! Não! De maneira nenhuma, elevou a mulher... eu me sinto mais elevada. Acho que você participar, a mulher participando, ela se eleva cada vez mais, ela é mais acreditada, ela mostra a sua dignidade e sua coragem porque a mulher sempre ela é mais corajosa para lutar,...procurar ver o desertar social de cada um é mais do que o homem, porque nós mulheres somos mãe e a mãe sempre ela deseja vê o progresso dos filhos e não só dos nossos filhos, mas o progresso de todo povo em torno.

8. A senhora acredita que existe uma diferença entre a política feita pelos homens e a política desenvolvida pelas mulheres?

Francisca: Acredito! A mulher é mais dinâmica, viu! Modesta a parte, mas a mulher é mais dinâmica para habilitar na política e o homem engana muito. O homem, o político ele é muito, ele engana muito com palavras vãs e a mulher sempre ela, quando ela fala, quando ela prometi, que a mulher promete pouco e o homem muito mais, porque o homem tem aquela tática de enganar e a mulher não. Ela tem toda a coragem, e ao mesmo tempo ela se sente envergonhada de prometer e não realizar. Os homens, não, eles a maior parte não tem em todo, mas prometem e não realizam. Eles já fazem aquela, a nível, criticando imediatamente, porque quando eles chegam na época da política eles ficam se conversando, a si próprio assim com os amigos e já sabendo a tática que eles vão empregar na política. Olhe eu militei na política e militei com políticos, também como o Dr. Aluisio Alves e com outros tive uma decepção...

9. O afastamento da senhora da vida pública foi pelo que deu para constatar aqui foi uma decepção com a política?

Francisca: Foi sim, e grande, das maiores e não aconselho ninguém a entrar na vida pública.

Anexo 08
ENTREVISTA

Maria Salésia Fernandes, natural de Caicó-RN, nascida no dia 20-02-1949, filha de Severino Fernandes e Corina de Araújo Fernandes. Casada, concluiu o 2º grau a nível de Magistério e é funcionária pública estadual. Foi filiada ao PDS (Partido Democrático Social), sendo agora filiada ao PFL (Partido da Frente Liberal), pelo qual exerce o seu primeiro mandato eletivo (1997 a 2000) de prefeita na cidade de Acari-RN. É a primeira mulher a ocupar esse cargo na cidade.

A entrevista foi realizada no dia 04 de junho de 1999, por volta das 20:00h em sua residência, tendo uma duração aproximada de 10 minutos, por Riccelli de Araújo Medeiros.

Durante a entrevista a entrevistada comportou-se de forma descontraída e segura diante das perguntas, apresentando o hábito de gesticular para enfatizar o conteúdo das respostas.

1. Como a senhora se sente sendo a primeira mulher a exercer o cargo de Prefeita em um município que tem uma história política voltada para o coronelismo ?

Salésia: É ! Inicialmente, eu quero lhe dizer que eu senti um desafio muito grande, de início; e isso, eu acredito, me incentivou a mostrar que também as mulheres são capazes de desenvolver o mesmo trabalho que o homem desenvolve. É tanto que hoje, eu já me sinto bem segura diante do que eu estou desenvolvendo.

2. Como iniciou a sua vida política ?

Salésia: Foi...por acaso. O início da minha vida política, com certeza eu lhe digo que foi por acaso. Eu nunca tive pretensões nenhuma de chegar ao cargo de prefeita, muito menos de um dia ser candidata a vereadora. Tenho certeza que o início, o que eu consegui até hoje, foi através do meu trabalho social que sempre fiz, na época que José, né, meu esposo, foi prefeito. Eu fiz um trabalho social junto a ele, que nunca nenhuma primeira dama tinha ido trabalhar de perto, com o esposo, como prefeito. E eu acredito que foi surgindo daí.

3. O que ou quem a fez candidatar-se a cargos eletivos ?

Salésia: Olhe, sinceramente falando, eu fui..., eu me senti quase obrigada a sair candidata a prefeita; até porque tem uma longa história que o candidato seria Dr. Eduardo Bezerra, e o meu nome estava sendo ventilado pra ser vice-prefeita do Dr. Eduardo Bezerra. De última hora, é... houve um empecilho, né, por conta da UNIMED que não permitia que ele fosse candidato a prefeito, e lançaram meu nome, mas sinceramente falando, eu nunca tive nenhuma pretensão de ser prefeita.

4. A senhora acredita que está desempenhando seu papel de representante do povo, conforme os anseios da população ?

Salésia: Não sei, sinceramente, Riccelli, se eu tô atendendo aos anseios do povo, mas estou procurando , dentro do possível, com toda a crise que nós estamos atravessando, tô procurando atender, pelo menos a área da saúde, na educação, estou procurando desenvolver o que posso; além da social que já é bem conhecida aqui.

5. A que classe social ou grupos sociais, acredita ser representante ?

Salésia: O que... Como, na parte social, é porque eu tô procurando um trabalho de cidadania para o povo, é... Vamos dizer assim: um trabalho junto aos idosos, você sabe que aqui nunca teve um trabalho bom. E hoje eles estão se sentindo num meio bem integrado, socialmente. Quando eu me refiro ao social, eu vejo muito essa parte deles, e aquela parte de ..., a respeito de moradia que as condições eram péssimas, e consegui acabar de uma vez por todas com as casas de taipas da cidade. Então, eu acho que isso já é uma forma social muito boa que eu estou dando ao pessoal.

6. A senhora está ligada a algum grupo político dominante ?

Salésia: Não, de jeito nenhum ! Não me sinto ligada a grupo dominante não. Acho um grupo muito democrático que a gente tem condições realmente de conversar, de ouvir. Faço, não faço, dependendo das opiniões; então, eu acho que eu estou ligada a um grupo democrático.

7. Então a estrutura desse grupo é democrática ?

Salésia: Demais, muito democrático. Até porque o meu relacionamento com os vereadores é o melhor possível. Então! você pode acreditar que nós estamos vivendo aqui numa democracia muito grande; eu não tenho perseguição com ninguém; não olho as necessidades, vamos dizer, se chegar uma pessoa que é adversária tiver necessitando, eu ajudo do mesmo jeito, não fui procurar se a casa de "A" ou de "B" era que precisava ser feita, não. Foi para acabar as casas de taipa, eu não queria saber quem eram as pessoas.

8. Ao sair em campanha, o que apresentava como propostas ao eleitorado ?

Salésia: Eu mostrei propostas em várias áreas; eu tive a proposta na área da educação, né, procurando qualificar os professores, estou fazendo. Criar um primeiro grau maior aqui, foi criado. Mas, principalmente dar condições aos professores. Hoje eu tenho convênio com a FUNPEC, que eles estão fazendo o seu vestibular e, eu estou dando todas as condições pra eles freqüentarem a Faculdade. Na área da saúde, apesar de a gente já ter um trabalho muito antigo, dei continuidade a todos os programas e ainda foi criado mas o PSF (Programa de Saúde da Família) que já está com abrangência muito grande na cidade; posso assim dizer, que já está cobrindo toda a cidade, aquele programa de visita de casa em casa, ouvindo o que a família está

precisando, e o Posto de Saúde ali perto pra atender as pessoas, né. E o programa junto aos jovens, o Saber Viver, que hoje está com uma abrangência muito boa, prender os jovens em certas atividades como música, a parte de pintura, é... dança, é... a área de lazer ali do Clube; toda oferecida para os jovens, e todos os dias tem uma palestra educativa.

9. Então essas propostas estão sendo concretizadas ?

Salésia: Graças a Deus, isso aí eu vou passando assim ao meu Plano de Governo um a um e estou vendo que está sendo concretizado.

10. O fato de ser mulher lhe causou algum problema?

Salésia: Não. O desafio grande que eu sentia era porque de início muitos homens aqui diziam: "Eu não voto, porque é mulher", "Mulher não administra, mulher não sabe administrar". Então isso foi um desafio muito grande, como você citou, aqui a gente, sempre, teve esse lado do coronelismo é... aqui muito forte, realmente né? E é tanto que... eu acho que esse desafio até me incentivou cada vez mais para mostrar que eu tenho as mesmas condições que o homem tem. Agora não vou lhe dizer que é fácil, não é fácil, até porque certas atitudes que um homem devia tomar, fica mais difícil para mim como mulher.

11. E sentir algum tipo de preconceito ?

Salésia: Preconceito? não, não senti nem um tipo de preconceito nenhum não. A única coisa que eu lhe digo, que eu senti como desafio que eu não sei se isso pode ser preconceito, é essas condições que eu tinha de administrar, porque eu era mulher.

12. Mas quem que achava ?

Salésia: Riccelli era tanta gente; homens principalmente, porque a nossa região, é, você sabe que a nossa região é formada por isso mesmo, tem os preconceitos, vem o machismo da região nordestina que você sabe que faz, principalmente a nossa aqui, por ser mais pobre, aí... tudo isso influi, mas, tô conseguindo quebrar e já só falta um ano e meio para terminar. (Risos)

13. A senhora acredita que existe diferenças na política feita por homens e na política feita por mulheres ?

Salésia: Se administra da mesma forma, não existe mais isso de o homem ser superior a mulher, nem mulher ser menosprezada por que é mulher não. Eu acho mais que até a forma da gente agir, de conversar, o modo de tratar, talvez... a gente, nós mulheres consiga coisa mais fácil do que o próprio homem, temos tolerância, tem mais tempo de esperar, né, fica mais disponível ali, não você vai fazer isso, não vai, porque... o que eu tenho levado de fora nessas secretarias, estou lá insistindo toda semana, até abusarem da minha cara.

14. E pretensões políticas após este mandato ?

Salésia: Nenhuma. Pode acreditar, não tenho nenhuma ... quero permanecer em Acari, continuando um trabalho que eu possa assim ajudar no que for possível, estou disponível para ajudar a população, até porque eu não viso voto. Eu não viso, o meu interesse é ver o desenvolvimento, vendo todo mundo bem, Ter consciência, sabendo o que quer, condições de trabalho; saio frustrada porque não criei condições de trabalho ao povo, porque é difícil. Procurei já uma fábrica em tudo quanto foi de deputado e senador, e não consigo trazer nada pra aqui. Até porque tudo...fica tudo centralizado na capital. Dou incentivo mas não aparece. Nós temos essa região seca, também, né ? Que todo mundo tem medo de vir investir aqui.